

Campanha salarial 2004 inicia com Conferência Estadual

O evento acontece nos dias 15 e 16 de maio, no Hotel Embaixador, em Porto Alegre

O calendário e a estratégia de campanha foram deliberadas pela Executiva Nacional dos Bancários, no dia 22 de março. A campanha única, buscando a assinatura de uma convenção coletiva única, a exemplo do que foi feito no ano passado, deverá se repetir em 2004. A mobilização tem início com as conferências regionais, que devem se realizar até o dia 30 de maio. O próximo passo é a Conferência Nacional, que acontece de cinco a oito de junho, com atividades conjuntas e específicas, razão pela qual os sindicatos deverão tirar seus delegados respeitando a paridade entre bancos públicos e privados.

Os dois primeiros dias da Conferência Nacional serão dedicados à

discussão e aprovação das reivindicações, estratégias e eixos da campanha. Já, os dias sete e oito serão reservados para os congressos de bancos públicos (CEF e BB) e encontros específicos dos bancos privados. Todos os delegados dos congressos de bancos públicos deverão ter participado da Conferência Nacional. O desfecho da campanha também já tem datas previstas em cronograma. No dia 16 de junho, acontece a entrega da minuta à Fenaban, no dia 23, a primeira rodada de negociação. A previsão é que até 31 de agosto a categoria já tenha assinado o acordo coletivo de trabalho de 2004.

Os principais temas abordados nas conferências regionais devem girar em

torno das estratégias de campanha, questões relacionadas à renda (salário, abono e pisos), filas, horário de atendimento, juros, crédito e demissões, com a inserção de uma campanha nacional para ratificação da Convenção 158 da OIT, que trata das demissões imotivadas e crescimento econômico com redução de juros.

Conferência Estadual

Nos dias 15 e 16 de maio serão escolhidos os representantes da FEEB-RS nas Comissões de Empresas, Comissões Temáticas, Executiva Nacional dos Bancários, bem como para a delegação do Rio Grande do Sul para a Conferência Nacional e Congressos do BB e Caixa, sendo que os delegados e delegadas para a Conferência Nacional e Congressos Nacionais terão de, obrigatoriamente, ter participado da Conferência Estadual e dos Congressos Estaduais.

No dia 15 de maio, as discussões ficam em torno de temas de interesses comuns a toda categoria, tais como conjuntura, Dieese, estratégia de campanha, minuta, etc.. No dia 16, será a vez dos encontros por bancos, nos quais serão discutidas suas especificidades. O evento tem participação aberta, porém com garantia de representação de todos os bancos, principalmente do BB e da Caixa, bem como da representação da cota de gênero.

1º de Maio

Santana do Livramento sedia mais um Ato Internacional no Dia do Trabalhador



As centrais sindicais do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile estão preparando mais um grande ato internacional para o dia 1º de Maio, quando a cidade gaúcha de Santana do Livramento, fronteira do Brasil com o Uruguai, deve receber cerca de 10 mil trabalhadores. Integração com soberania, emprego e direitos sociais. Este é o eixo central do 1º de Maio deste ano, somado ao não à Alca.

A programação tem início às 9h, com apresentações de artistas e manifestações políticas. O grande ato político, no entanto, está previsto para as 18h, com a presença de todas as

centrais sindicais e do presidente nacional da CUT, Luiz Marinho. Para o momento cultural estão previstas apresentações de grupos musicais da região de Livramento e Rivera, do cantor nativista Leonardo e Grupo Chiripás e um show com um nome de expressão nacional.

A CUT RS está subsidiando parte dos valores dos ônibus que estarão se deslocando para o evento. Informações sobre horário e valores devem ser obtidas junto ao Sindicato, pelo fone 223.2166 e 223.1108.

Organização: Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul CCSCS

Argentina: CTA, CGT
Bolívia: COB
Brasil: CUT, CGT, FS

Chile: CUT
Paraguai: CUT
Uruguai: PIT, CNT

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente edital, convocamos todos os associados deste Sindicato, quites com a tesouraria, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2004, na sede deste Sindicato sita à Rua Borges de Medeiros, 676, centro, na cidade de Caxias do Sul, RS, em primeira convocação às 16:30 horas e em segunda e última convocação, independente de quorum, às 17:30 horas, a fim de ser deliberada a seguinte ordem do dia:

- 1 - Eleição para preenchimento do cargo vago de Diretor terceiro suplente na Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização.
- 2 - O prazo para inscrição de candidatos para concorrer ao cargo encerra-se às 18 horas do dia 27 de abril de 2004 e inicia-se a partir da publicação deste edital.
- 3 - As informações sobre documentos e as inscrições estarão à disposição diariamente na secretaria, das 9 horas às 18 horas.

A Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, obedece aos Artigos: número 27 letras "g" e "h", número 70 e o de número 162, letras "a,b,c,d,e" do Estatuto Social da Entidade.

Caxias do Sul, RS, 02 de abril de 2004.

Pedro Justino Incerti
Vaine Teresinha Andreghe
Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Calendário da Campanha Salarial

15 e 16 de maio
Conferência Estadual dos Bancários
Porto Alegre - Hotel Embaixador

05 a 08 de junho
Conferência Nacional dos Bancários - São Paulo

16 de junho
Entrega da minuta de reivindicações à Fenaban

23 de junho
Primeira rodada de negociações

31 de agosto
Data prevista para conclusão da campanha

Federação dos Bancários tem nova direção

Tomou posse, no dia 19 de março, em Porto Alegre, a nova diretoria da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul (FEEB-RS), eleita de forma proporcional no 8º Congresso Estadual dos Bancários, realizado nos dias 6 e 7 de março, na capital gaúcha. Um dos primeiros compromissos da gestão 2004/2007 será o encaminhamento da campanha salarial de 2004.

Além de eleger a nova diretoria da FEEB-RS, os participantes do 8º Congresso Estadual dos Bancários aprovaram um novo

estatuto para a entidade, que amplia de 20 para 28 o número de diretores. O colegiado executivo permanece com sete titulares e sete suplentes. Mas, a grande novidade do congresso foi a criação da Diretoria sobre a Mulher Trabalhadora, que irá coordenar políticas para as áreas de gênero, raça e orientação sexual. Foi ainda aprovada a obrigatoriedade de preenchimento da cota de 30% para mulheres em todas as instâncias da entidade.



Nova diretoria foi eleita no 8º Congresso Estadual

Colegiado Executivo - Efetivos

Juberlei Baes Barcelo - Santander
Carlos Augusto Oliveira Rocha - Banrisul
Jorge Vieira da Costa - HSBC
Arnoni Hanke - Unibanco
Ademir José Wiederkehr - Santander/Banespa
Luiz Carlos dos Santos Barbosa - Santander
Denise Falkenberg Correa - Banrisul

Congresso do Santander/Banespa prioriza empregos e unificação de contratos

Defender os empregos, unificar os contratos de trabalho, direitos e benefícios pelas cláusulas e condições mais vantajosas, integrar a luta da categoria por melhores condições de trabalho e salários e conquistar um plano de incentivo à antecipação de aposentadoria foram algumas das prioridades de luta definidas no 18º Congresso Nacional dos Trabalhadores do Grupo Santander Banespa, realizado nos dias 1, 2 e 3 de abril, em São Paulo.

Os 329 delegados, vindos de todo o país, decidiram também propor que a gestão da Sanprev (Santander Brasil) seja agregada à do Banesprev (Banespa). A ideia é que todos os empregados do grupo tenham acesso a um fundo de pensão, com contribuições da empresa e dos participantes. Decidiram ainda iniciar amplo processo de análise e estudos sobre a viabilidade de se integrar os planos de saúde. O objetivo é criar um plano de assistência médica unificado na Cabesp, com gestão compartilhada.

O diretor do nosso Sindicato, Ariovaldo Fillipi, participou do congresso como delegado, representando os bancários do Santander Banespa de Caxias do Sul. Além de representantes dos três bancos que compõem o grupo no Brasil, o congresso teve a participação de dirigentes sindicais do Uruguai e da Espanha, que descreveram a política do banco em seus países.



Campeonato Bancário de Futebol Sete 2004

No dia 27 de março, teve início mais um Campeonato de Futebol Sete promovido pelo Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região. O campeonato tem 10 equipes inscritas e prevê nove rodadas de jogos, sete na primeira fase, mais a semifinal e a final. Os jogos acontecem sempre aos sábados, na sede campestre do Sindicato. **Participe!**

Festa da Uva

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região agradece a participação e parabeniza os colegas pelo 2º lugar na Copa Festa da Uva 2004 de Futebol Sete. O desempenho da equipe foi superior à classificação!

Banrisul

Encontro Nacional acontece em maio

O Encontro Nacional dos banrisulenses já tem data marcada. Será nos dias 22 e 23 de maio, em Porto Alegre, aberto a todos os interessados. Na pauta do encontro, temas prioritários, como a defesa do Banrisul como banco público, eleição do novo comando dos banrisulenses, quadro de carreira e definição da pauta específica de reivindicações para discutir com o banco após a campanha salarial unificada.

Delegados sindicais tomam posse no dia 23

Na sexta-feira, dia 23, acontece na sede da Federação, em Porto Alegre, a posse e a primeira reunião dos delegados sindicais do Banrisul, definidos em eleições realizadas nos sindicatos do estado. A base de Caxias do Sul e Região elegeu Aurea Linck Marques Filha, de Caxias do Sul, Mauro Antônio Polidoro, de Flores da Cunha, e Márcio Roberto Wingert, de Gramado. Eles têm, mandato de um ano, a contar de 31 de março, e sua principal atribuição é levantar e encaminhar ao Sindicato as reivindicações gerais e específicas do seu local de trabalho.

Operadores de negócios têm encontro no dia 24

O encontro acontece no sábado, dia 24, às 9h30, na sede da Federação, em Porto Alegre e tem por objetivo elaborar um documento-síntese para abrir negociações com o banco em torno do reajuste da tabela de pagamento da renda variável, que estão congeladas há dois anos. Apesar da mobilização exercida durante a última campanha salarial, os reajustes de 7 a 12% não foram repassados às parcelas variáveis. Os operadores de negócios só ganharam mais trabalho e responsabilidade. O banco pressiona para que eles cumpram metas cada vez maiores, sem o pagamento de horas-extras, além de convocar reuniões fora de horário de trabalho.

Banco nega complementação da distribuição do lucro

Um abaixo-assinado com aproximadamente cinco mil assinaturas de funcionários do Banrisul, cobrando a complementação da distribuição do lucro de 2003, foi entregue ao presidente do banco Fernando Guerreiro Lemos, no dia 31 de março. O banco distribuiu cerca de R\$ 19,4 milhões, que representam apenas 6,7% dos R\$ 285,4 milhões que totalizaram o lucro do banco, enquanto nos dois últimos anos este percentual foi de cerca de 12% a 16%. O presidente Fernando Lemos declarou que o banco não trabalha com a possibilidade de atender essa reivindicação, uma vez que a direção entende que já cumpriu o acordo integral referente à PLR pago até novembro de 2003. A posição do presidente segue a linha política do governo Rigotto, que é dizer não às reivindicações dos servidores públicos.

TRT nega transferência de delegado sindical

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT - RS) da 4ª Região acatou o pedido do delegado sindical do Banrisul, Carlos Alberto Albelin, de retorno à agência de Espumoso, no interior do Rio Grande do Sul, após ter sido transferido arbitrariamente pelo banco para a agência Palmeira das Missões. A decisão foi tomada com unanimidade de votos. Os juízes entenderam que a transferência do funcionário resultou em indubitável prejuízo para as suas atribuições sindicais. Albelin foi eleito, em março de 2001, membro do Conselho de Delegados Sindicais para a cidade de Espumoso, com mandato de três anos. Trata-se de mais uma importante vitória na luta em defesa da democracia e da representação sindical contra o autoritarismo e o desrespeito à organização dos trabalhadores.

Voz do Bancário

Coordenadores de Secretarias:
Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização*
Alexandre Rizzi - *Secretaria de Movimentos Sociais*
Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues - *Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer*
Gelso Fernando Marcon - *Secretaria de Formação*
Pedro Juslino Incerli - *Secretaria de Organização e Política Sindical*

Vaine Terezinha Andrequale - *Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração*
Vilmar José Castagna - *Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho*
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Coordenação: Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa*

Edição: Heloisa Mezzalana - *Quinta Essência Comunicação & Marketing*
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares
Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul,

Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935.

Acesse www.cnbcul.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: seebcx@visao.com.br

ABN Real/Sudameris: 1.269 postos de trabalho fechados em 2003

O número faz parte do relatório da subseção do Dieese na CNB/CUT, que estudou o impacto no nível de emprego resultante da compra do Banco Sudameris pelo Banco ABN Real o processo de integração dos dois bancos teve início em outubro do ano passado e se estende até o final de 2004. Dos 1.269 demitidos em 2003, 1.077 foram no ABN Real e 192 no Sudameris.

Os dados de 2003 foram repassados pelas federações e sindicatos de bancários de todo o país. Mas, a redução no nível de emprego começa antes, tanto no banco ABN Real quanto no Sudameris. Em 2002, o relatório do

Diecese aponta uma redução de 10% no ABN Amro Real em relação a 2001. E isso com base nos dados do Banco Central (BACEN), que inclui na contagem geral de empregados os estagiários e terceirizados, o que pode superestimar o número de trabalhadores. No Sudameris, a redução, de 6% em relação a 2000, pode ter ocorrido em função da sua preparação para a venda, já que se tornou uma estratégia nos bancos o enxugamento do nível de funcionários antes da sua venda.

O ABN Amro está em 60 países, sendo que no Brasil desde 1917. Aqui, as aquisições começaram em 1998, com a compra do Banco Real. Em 2001, com-

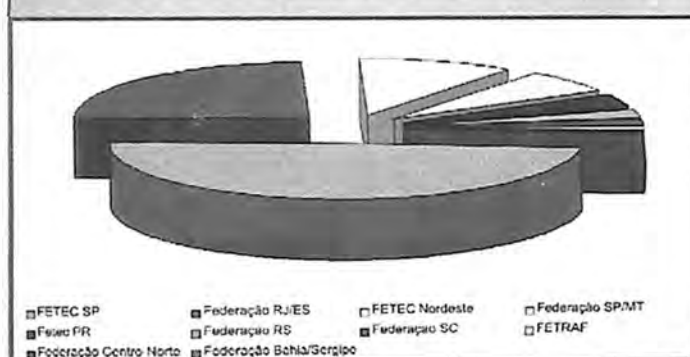
prou o Paraiban e, em 2003, o Sudameris, o 9º maior banco privado do Brasil. Com a aquisição, o ABN Amro Real passou a ser o 4º maior banco privado brasileiro em depósitos e empréstimos e o 5º maior em ativos. Em 2003, o lucro líquido do consolidado ABN Amro Brasil composto pelas empresas: ABN Amro Bank, Banco Real, ABN Amro Asset Management, Bandepe, Real Seguros e Sudameris, chegou a R\$ 1,1 bilhão, proporcionando um retorno de 16,6% sobre o patrimônio líquido. Em 2002, o lucro do ABN no Brasil representou 13,35% do retorno total da instituição no mundo.

Número de Empregados		
Anos	ABN Amro Real	Sudameris
2000	21.281	6.887
2001	25.050	6.502
2002	22.625	6.280

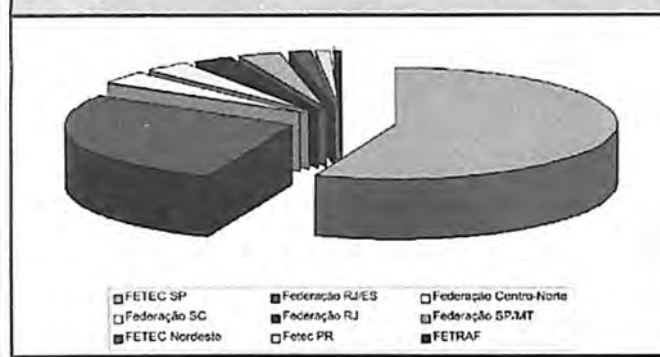
Fonte: BACEN

Fonte: BACEN

Número de Demitidos no Banco ABN Real por Federação



Número de Demitidos no Banco Sudameris por Federação



Elaboração: DIEESE - Subseção CNB CUT

Bradesco nega, mas continua demitindo

O Sindicato de Caxias do Sul e Região contabiliza 11 desligamentos no Bradesco, de janeiro para cá. Há registro de demissões no Bradesco também em sindicatos de vários estados. Elas ocorrem aos poucos, mas no final o número acaba sendo impressionante. No estado de São Paulo, chegaram a 200 nos meses de janeiro e fevereiro. Com o agravante de que as demissões não são seguidas de novas contratações, o que confirma a

redução dos postos de trabalho.

Uma realidade bem diferente daquela que o diretor executivo do Bradesco Milton Matsumoto tentou passar ao declarar que o banco "só demite quem pede". A declaração do diretor não deixa de ter sentido. Em muitos casos, o desligamento é solicitado pelos próprios funcio-nários, de fato. Normalmente, depois de terem sofrido desvio de função, pressão para cumprir metas de produção

inalcançáveis e/ou ameaças sutis. A declaração de Matsumoto foi feita no dia nove de março, em negociação com a Comissão de Empresa. Portanto, se você é funcionário do Bradesco e está sendo pressionado, denuncie ao Sindicato. Todos os casos onde houver suspeita de assédio moral serão levado ao RH do banco, para que sejam tomadas providências no sentido de anular as dispensas.

Bancos pagam salários só com o lucro obtido das tarifas

As receitas obtidas com a cobrança de tarifas têm participação cada vez mais significativa nos lucros bancários e, em alguns casos, sustentam, sozinhas, os salários de todos os empregados. No Unibanco, Itaú e Bradesco, os ganhos com tarifas cobrem toda a folha de pagamento. No Banco do Brasil, as

tarifas pagam 82% dos salários.

Os números, apurados por uma consultoria privada com base nos balanços destes quatro bancos, mostram que o ganho com a cobrança de tarifas bancárias cresceu, em média, 12.674%, ao longo do Plano Real. O maior crescimento desses últimos dez anos

foi registrado pelo Unibanco, que passou de R\$ 15 milhões em 1993 para R\$ 2,8 bilhões no ano passado, totalizando um aumento de 18.566%. No Itaú, o aumento foi de 14.471% - em 2003, o banco faturou R\$ 5,1 bilhões só com tarifas. No Banco do Brasil, o ganho foi de 7.297% e no Bradesco de 10.365%.

Contratos coletivos serão fiscalizados pelas DRTs

Desde o dia seis de abril, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) estão obrigadas a fiscalizar as cláusulas dos acordos coletivos firmados entre trabalhadores e patrões. A medida, que pretende evitar o descumprimento de direitos trabalhistas e a fixação de contribuições sindicais abusivas para o trabalhador, foi fixada por meio de portaria do Ministério do Trabalho publicada no "Diário Oficial" da União.

A iniciativa partiu do Ministério Público do Trabalho, que firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho para melhorar a fiscalização dos direitos trabalhistas. O Ministério do Trabalho estava desobrigado de fiscalizar as cláusulas dos acordos coletivos desde 1995. Agora, as empresas que descumprirem os direitos trabalhistas podem ser multadas em R\$ 378 por irregularidade, além de outras penalidades. Já, a cobrança abusiva de contribuições, que em alguns casos chegam a representar no ano 30% do salário mensal do trabalhador, será levada ao Ministério Público.

A portaria estabelece ainda que os sindicatos terão de informar o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) ao receberem o registro sindical. A medida visa combater sindicatos fantasmas e prepara o terreno para a reforma sindical do governo Lula.

TST confirma vínculo de emprego entre estagiário e BB

A relação desvirtuada de estágio com empresa pública ou sociedade de economia mista, como o Banco do Brasil, não pode gerar vínculo de emprego, a menos que o período de aprendizagem tenha ocorrido antes da vigência da Constituição Federal de 1988, onde está prevista a obrigatoriedade do concurso público. A exceção foi admitida pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao afastar recurso de revista interposto pelo BB contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR).

O TRT paranaense reconheceu o vínculo de emprego após ter concluído que a relação de estágio, mantida entre um estudante universitário de ciências econômicas e o BB, foi desvirtuada, pois não preenchia os requisitos da Lei nº 6.495/77, que regula o tema. As informações dos autos dão conta de que o estudante cumpria tarefas meramente burocráticas, sem qualquer participação da faculdade na coordenadoria de estágio.

O BB apontou a decisão do TRT-PR como inconstitucional, alegando ausência de concurso público. Mas, a hipótese foi afastada pelo TST, sob o argumento de que neste caso, o autor foi admitido antes da Constituição Federal de outubro de 1988, que instituiu o concurso público para empregos públicos.

PESQUISA

Livro mostra a face dos Ricos no Brasil

O terceiro volume do Atlas da Exclusão Social aponta quem são, o que fazem, o que consomem, onde e como se escondem as cerca de cinco mil famílias cujo patrimônio equivale a 40% de toda a riqueza gerada anualmente no país (PIB)

Nos volumes 1 e 2, os autores trataram da desigualdade na distribuição de renda, mostrando o fenômeno da exclusão. Neste último volume, eles se concentraram na outra ponta deste mesmo fenômeno, bem menos explorado: as pequenas ilhas de riqueza do país. "Não é possível compreender a exclusão econômica, social e política no Brasil sem entender a extrema concentração da riqueza, que já se faz notar há séculos entre nós, mas que neste início de século XXI pode ser vista em todo seu despropósito", afirmam os organizadores da obra: André Campos, Alexandre Barbosa, Marcio Pochmann, Ricardo Amorim e Ronnie Silva.

Além de deter a maior parcela do estoque de riqueza existente bem como a maior proporção da renda gerada a cada ano no país, as cinco mil famílias mais ricas, que numericamente representam apenas 0,001% das existentes, comandam boa parte da geração da riqueza restante. São essas famílias que contratam serviços e respondem pela remuneração de empregados de altos salários. Essas mesmas famílias também exercem sua influência sobre uma parte expressiva do gasto público e sobre as informações veiculadas nos

órgãos de imprensa. São, em suma, os portadores de maior poder no interior da sociedade, influenciando a condução das políticas econômicas e sociais que mantêm a desigualdade, através de uma sólida e poderosa aliança de interesses.

O livro mostra ainda que essa concentração de renda e poder acompanha o Brasil desde o período colonial. O estoque de riqueza e os fluxos de renda passaram por diversas transformações conforme o regime político e os ciclos econômicos, mas a desigualdade do perfil distributivo se mantém.

Com a estagnação econômica a partir dos anos 80, em virtude da crise do padrão de financiamento e da abertura indiscriminada, os ricos buscam a manutenção de seu status no paraíso da financeirização. O crescimento econômico e a construção da nação não se configuram mais como necessidade para a expansão do capital. A riqueza financeira não guarda mais relação com a base real da economia, nem encontra barreiras geográficas. Nesse contexto, a acumulação de riqueza ganha velocidade, aumentando ainda mais o fosso da desigualdade.



O estudo "Os ricos no Brasil", terceiro de uma série sobre exclusão social, envolveu 16 pesquisadores durante um ano de trabalho

O perfil atual dos ricos

Os ricos brasileiros são cada vez mais ricos. A renda dos 10% mais ricos corresponde a 45,3% do PIB brasileiro. Quando se incluem no cálculo dados sobre o patrimônio, a concentração chega a 75,4% da riqueza total brasileira. Conforme dados do Censo de 2000, o Brasil conta com 1 milhão, 162 mil, 164 famílias ricas (equivalentes a 2,4% do total de famílias), cuja renda média familiar mensal é de R\$ 22.487,00. Essa renda é 14 vezes maior que a renda familiar média do país e cerca de 80 vezes superior à linha de pobreza abaixo da qual se situam os 20% mais pobres do país.

Eles são, na grande maioria, altos dirigentes do setor privado, atuam principalmente no setor de serviços e encontram-se nas capitais dos estados. Seus patrimônios envolvem acúmulo de imóveis (terra e prédios), de títulos de renda variável ou fixa, privados ou públicos. Eles consomem artigos extremamente caros e luxuosos, como a Intermarine 740 Full, uma lancha fabricada no Brasil, que custa R\$ 3 milhões. Um trabalhador que ganha salário mínimo teria de trabalhar 1.042 anos e guardar todo o seu dinheiro para comprar uma. E destinam boa parte de suas rendas - 23,1% - a investimentos. Com isso, garantem a perpetuação da sua riqueza.

São Paulo: pólo concentrador

A grande maioria das famílias mais ricas do Brasil 58% - está no estado de São Paulo. A capital do estado é prova de como as elites adaptam-se às mudanças econômicas sem que seu status seja alterado. A pujança das indústrias foi substituída pela dos bancos e São Paulo acabou engolindo outras praças financeiras que até a década de 80 tinham o seu destaque como o Rio de Janeiro e Belo Horizonte. São

Paulo, hoje considerada a meca da ciranda financeira, é a referência do mundo globalizado para a América Latina. A renda média mensal das famílias mais ricas é superior à média das famílias mais ricas dos demais estados, ultrapassando os R\$ 36 mil. A cidade tem a maior frota urbana de helicópteros, a maior frota de Ferraris, além de lojas de grifes globais luxuosas como Baccarat, Versace, Cartier, Louis Vuitton, Tiffany e Montblanc.

Os ricos se escondem

Não é a toa que a literatura acadêmica nacional, embora seja relativamente farta em dados sobre os pobres, traz poucas informações sobre os ricos. Eles se escondem da violência e do Fisco, o que dificultou a obtenção de dados para o livro. As principais fontes de informação utilizadas foram o Censo Demográfico de 1980 a 2000 e a pesquisa de orçamento familiar de 1996, ambas elaboradas pelo IBGE. Os pesquisadores recorreram ainda a dados tributários, mesmo sabendo que tais fontes são insuficientes para mostrar a realidade da riqueza, o que só reforça o fato de que a concentração econômica brasileira apontada no livro pode ser ainda pior.

Ranking das 10 cidades com maior número de famílias ricas

São Paulo / SP	443.462
Rio de Janeiro / RJ	76.317
Brasília / DF	34.994
Belo Horizonte / MG	27.526
São Bernardo do Campo / SP	23.394
Porto Alegre, RS	23.224
Curitiba, PR	20.872
Santo André, SP	20.475
Guarulhos, SP	17.094
Salvador, BA	15.182

Ranking dos municípios gaúchos com maior número de famílias ricas

Porto Alegre	23.224
Caxias do Sul	2.435
Santa Maria	1.495
Pelotas	1.338
Novo Hamburgo	1.212
Passo Fundo	1.040
Canoas	910

Os mais ricos do Brasil

Nome	Idade	Bilhões de Dólares	Residência
Joseph & Moise Saфра	-	4,7	São Paulo
Aloysio de Andrade Faria	83	2,9	São Paulo
Júlio Bozano	88	1,5	Rio de Janeiro
Abílio dos Santos Diniz & família	67	1,3	São Paulo
Jorge Paulo Lemann	64	1,1	Rio de Janeiro
Lily Waktins Saфра	-	1,0	Mônaco

Dos seis brasileiros sócios do Clube do Bilhão, cinco são banqueiros ou ex-banqueiros.

Campanha salarial 2004: bancários querem aumento real

Os bancários reivindicam 25%, dos quais 6,2% se referem à reposição da inflação estimada para o período de setembro de 2003 a agosto de 2004.

O anseio da categoria por aumento real é legítimo e viável, como apontam os sucessivos recordes de lucros registrados pelos bancos. Só nos primeiros três meses desse ano, Bradesco, Itaú e Unibanco lucraram, juntos, R\$ 1,76 bilhão, o que representa um aumento de 22,3% em relação ao registrado no primeiro trimestre do ano passado.

Além do reajuste de 25%, os bancários estão reivindicando um aumento maior para o piso salarial que, pela primeira vez, se encontra abaixo de três salários mínimos. Em setembro de 1995, o piso equivalia a 4,1 salários

mínimos. Hoje, representa apenas 2,6 salários. Para voltar a ter o mesmo poder de compra de 1995, seria necessário um aumento de 41%, de acordo com o Dieese. O valor reivindicado é de R\$ 1.421,62.

A categoria também não está disposta a aceitar abono como forma de compensar reposição salarial inferior à inflação medida no período, como vem ocorrendo nos últimos anos. Pesquisa feita pelo Instituto Acerte no estado de São Paulo, mostra que 61% dos bancários são contra a dobradinha abono mais índice inferior à inflação. Embora traga um alívio imediato, a longo

prazo, o abono destrói o poder de compra dos salários.

A minuta com as reivindicações, entregue pela Executiva Nacional dos Bancários à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), no dia 17, inclui também medidas para emprego, aumento de renda e melhoria nas condições de trabalho dos empregados. Para gerar emprego, a categoria propõe redução da jornada de seis para cinco horas diárias (25 semanais) e a ampliação do horário de atendimento para o período de 9h às 17h. Somente com redução da jornada, estudos apontam criação de 161 mil vagas.



O índice foi aprovado na VI Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro e referendado pelas assembleias regionais

Funcionários do BB e da Caixa reforçam estratégia da unificação

Dos 1.100 delegados presentes à VI Conferência Nacional, cerca de 500 participaram dos congressos do BB e da Caixa, realizados nos dois últimos dias do evento, no Hotel Hilton. Após a abertura conjunta, os delegados fizeram uma análise da conjuntura e apontaram as perspectivas para esta campanha salarial, destacando a importância da unificação entre bancos privados e públicos. "Nossa Conferência construiu as indicações e estratégias que nortearão a campanha salarial e a tese da unificação foi consagrada neste evento", disse o presidente da CNB/CUT Vagner Freitas, por ocasião

da Conferência Geral.

O presidente da CUT Nacional, Luiz Marinho, destacou o papel dos bancários numa campanha conjunta. "Os bancários possuem uma organização fantástica e esta conferência é um exemplo disto. Além do mais, é uma categoria numerosa, com poder de pressão muito forte", disse ele. Como os bancários, outras 37 categorias estarão em campanha salarial no segundo semestre, entre as quais metalúrgicos, químicos, petroleiros, gráficos, farmacêuticos, médicos, empregados do vestuário, rurais, representando 1,5 milhão de trabalhadores.

Negociações já estão em andamento



A Minuta Mínima Unificada e o Pré-acordo foram entregues ao presidente da Febraban Márcio Cypriano e aos representantes dos principais bancos filiados à Fenaban, inclusive Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no dia 17. A entrega do documento foi feita pelo presidente da CNB/CUT, Vagner Freitas, e pelo presidente da CUT Nacional, Luiz Marinho, acompanhados da Executiva Nacional dos Bancários. A presença, inédita de representantes do BB e da Caixa é um indicativo de que a estratégia dos bancários de uma campanha única para toda a categoria começou bem.

Encontro de Mulheres abre Conferência Nacional

Elas representam 45% da categoria e são as maiores vítimas da discriminação, principalmente em relação a salário



Encontro incluiu temas que estão na ordem do dia das bancárias

A programação do Encontro Nacional das Mulheres, realizado em quatro de junho, no hotel Blue Tree, em São Paulo, um dia antes da Conferência Nacional dos Bancários, incluiu temas que estão na ordem do dia das mulheres bancárias. Orientação sexual e trabalho, branquitude e poder nas organizações, jornada de trabalho e gênero, balanço da política de gênero, raça e orientação sexual na categoria e perspectivas para o futuro foram alvo de debate entre as participantes do encontro.

Um dos temas que despertou grande interesse, no entanto, foi "as formas contemporâneas da exploração do

trabalho nos bancos", abordado pela socióloga, escritora, professora da UFSC e doutoranda em sociologia da Unicamp, Nilse Jinkings. Para ela, "a articulação política que está sendo buscada com outros países para unificar a luta da categoria bancária é uma reação às mudanças no trabalho dos bancários com a intensificação do processo neoliberal e a internacionalização dos bancos, a partir da década de 90, tema do seu livro Trabalho e Resistência na "Fonte Misteriosa".

Na opinião da socióloga, o maior desafio para o movimento bancário é retomar a organização nos locais de trabalho. "O discurso

patronal fica quase hegemônico dentro no local de trabalho. Até mesmo os dirigentes sindicais acabam incorporando o discurso do patrão, em função da lógica neoliberal estar permeando todas as relações", disse Jinkings, afirmando ainda que é impossível entender o que ocorre nos locais de trabalho sem compreender essas transformações mais gerais do capitalismo "Há um ataque sistemático à luta sindical dos trabalhadores", explicou Nise. "A revolução conservadora do capitalismo contemporâneo se apoia em três pilares que se alimentam mutuamente: mercado livre, neoliberalismo - que é a super estrutura ideológica e política que acompanha o capitalismo - e a tecnologia e forma produtiva contemporânea", explicou a autora, acrescentando que no processo de mundialização do capital, a globalização dirigida por um grupo pequeno de nações hegemônicas é profundamente excludente. "Regiões inteiras são esquecidas. Esse movimento de expansão sem precedentes financeiro acumula de três a quatro trilhões de dólares por dia", afirmou Nise.

Encontro reuniu 1.100 delegados

A VI Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, realizada na capital paulista entre os dias quatro e oito de junho, contou com a maior número de delegados dos últimos anos. O evento reuniu 1.100 representantes dos empregados dos bancos públicos e privados, que além de decidir o índice de reajuste a ser reivindicado, aprovaram a estratégia da unificação da campanha salarial, com o objetivo de aprovar uma Convenção Coletiva que contemple os 350 mil bancários do país. Os bancários de Caxias do Sul e Região também se fizeram presentes, representados pelos diretores do Sindicato Ademir Henrique Bellini e Vaine Terezinha Andrequete.

A programação teve início com o Encontro de Mulheres Bancárias. Nos dias cinco e seis, os delegados debateram índice, estratégias e questões temáticas, na Conferência Geral, realizada no Amcham Business Center. Nos dias sete e oito, os delegados do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal participaram dos congressos específicos.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, convoco os associados deste Sindicato, quites com a Tesouraria, para uma sessão de assembléia geral ordinária a realizar-se no dia 29 de junho de 2004, na sede do Sindicato, cita à rua Borges de Medeiros, 676, em primeira convocação às 17:00 horas e em segunda convocação às 18:00 horas, a fim de ser deliberada a seguinte ordem do dia:

Leitura, discussão, aprovação ou não do relatório Financeiro e Administrativo do exercício de 2003, com o parecer do Conselho Fiscal.

Caxias do Sul, 11 de junho de 2004

Arquimedes Ventura de Rocco
Vaine Teresinha Andrequette

Assembléia dá início à Campanha Salarial em Caxias do Sul e Região

A Minuta Mínima Unificada e o Pré-acordo de negociação definidos na Conferência Nacional foram referendados pelos bancários de Caxias do Sul e Região em assembléia, realizada no dia 16 de junho, na sede do Sindicato. A assembléia também decidiu ainda outras questões referentes à Campanha Salarial 2004 bem como outros assuntos de interesse da categoria. Confira:

- Desautorização da Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito) para representar o Sindicato em negociações coletivas ou em dissídios coletivos, bem como assinar convenção ou acordos coletivos de trabalho.

- Autorização para o Sindicato realizar negociações coletivas, firmar Norma Coletiva de Trabalho e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio

coletivo de trabalho.

- Autorização para o Sindicato delegar poderes à Comissão de Negociação da Executiva Nacional dos Bancários, CNB/CUT, com a finalidade de proceder negociação coletiva e firmar Norma Coletiva de Trabalho.

- Desconto Assistencial: no valor correspondente a 1,5% sobre o ordenado base dos empregados da base territorial do Sindicato.

Voz do Bancário

Coordenadores de Secretarias:

Ademar Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização*
Alexandre Rizzi - *Secretaria de Movimentos Sociais*
Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues - *Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer*
Gelso Fernando Marcon - *Secretaria de Formação*
Arquimedes Ventura Rocco - *Secretaria de Organização e Política Sindical*

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: seebcx@visao.com.br

Vaine Terezinha Andrequete - *Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração*
Vilmar José Castagna - *Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho*
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Coordenação: Ademir Henrique Bellini - *Secretaria de Imprensa*

Edição: Heloisa Mezzalana - *Quinta Essência Comunicação & Marketing*
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares
Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul,

Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935.

Acesse www.cnbcut.com.br e www.bancnet.com.br - onde você tem notícia nova a toda hora.

Banco do Brasil e Caixa: questões específicas serão tratadas durante Campanha Unificada



Conecef reuniu 259 delegados



Congresso do BB contou com 248 delegados

Depois da abertura conjunta, os delegados do XV Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil e do XX Congresso dos Empregados da Caixa Econômica Federal reuniram-se em grupos para discutir questões específicas. Negociações envolvendo salários, benefícios e direitos dos bancários acontecem em mesa única instalada entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban. Já, a pauta com as reivindicações específicas será negociada durante a Campanha Salarial Unificada, porém em tratativas separadas.

Os temas específicos do BB serão encaminhados à direção do banco para serem discutidos nos processos de negociações permanentes. A Executiva Nacional dos Bancários e a Comissão de Empresa dos Funcionários encaminharão um documento ao BB reivindicando que a empresa participe das negociações unificadas e assine um compromisso de que irá cumprir a Convenção Coletiva que vier a ser assinada com a Fenaban.

A maioria dos delegados da Caixa deliberou pela continuidade do trabalho dos Grupos de Trabalho,

inclusive no período da campanha salarial, com funcionamento por tempo indeterminado e avaliação permanente dos resultados obtidos.

Aprovaram também a manutenção da Comissão Executiva dos Empregados, formada com a mesma composição da Executiva Nacional dos Bancários. Sobre os admitidos após 97, os delegados do Conecef aprovaram, por consenso, que a Caixa garanta direitos iguais em relação aos demais.

Confira os principais itens reivindicados por cada banco:

Caixa Econômica Federal

- Mecanismos de recomposição do poder aquisitivo dos bancários da Caixa.
- Implementação das mudanças no plano de cargos e salários e de cargos comissionado.
- Aprovação do novo plano de benefícios da Funcef.
- Reintegração imediata dos demitidos pela Rh008.
- Concessão de tíquetes-alimentação para todos os aposentados.
- Isonomia para os admitidos após 1997.

Banco do Brasil

- Mecanismo de recomposição do poder de compra dos salários dos funcionários do banco.
- Construção de um novo PCC e de um novo PCS, com negociação e implantação imediatas.
- PREVI: Parcela Previ, benefício mínimo, estatuto, revisão do plano Previ Futuro, Carim, uso do FGTS.
- CASSI: plano odontológico, cumprimento dos 4,5% para os novos, custeio dos dependentes indiretos, revisão do estatuto, contribuição sobre os abonos.
- Isonomia: igualdade de direitos entre novos e antigos funcionários.
- Condições de trabalho: revisão da dotação, contratação de concursados, cumprimento da jornada, democratização dos acordos de trabalho, fim do assédio moral.

16 de julho: Dia Nacional de Lutas

O principal eixo de luta desta mobilização é a mudança na política econômica, com vistas a enfrentar uma conjuntura que apresenta manutenção das elevadas taxas de desemprego, apesar da criação de mais de 500 mil postos de trabalhos no mercado formal em 2004; e a diminuição do poder aquisitivo dos salários, um superávit primário recorde de 6,35% e uma previsão de crescimento do PIB de apenas 3% aproximadamente.

Nesta mobilização, as bandeiras da CUT são: retomada do crescimento econômico, geração de empregos e melhores salários, manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, distribuição de renda, redução das taxas de juros, redução da jornada de trabalho sem redução de salários, serviços públicos de qualidade, uma nova estrutura sindical, aumento real de salário, reforma agrária, não à Alca e não a renovação dos acordos com o FMI.

Caixa tem novos delegados sindicais

No dia 31 de maio, tomaram posse os sete delegados sindicais da Caixa Econômica Federal, eleitos entre 25 e 28 de maio. Os novos delegados têm mandato de um ano e contam com reconhecimento da Caixa Econômica Federal pelo Acordo Coletivo de Trabalho em vigor. São eles:

Ronaldo L. Lentz da Silva (Agência Caxias do Sul), Larisse Bertuol Ramos (Agência Capuchinhos), Ivanhoé Ronaldo Lopes da Silva (Agência Antônio Prado), Euclides Germano Perini (Agência Farroupilha), Sérgio Zanuz (Agência Garibaldi), Silvana Pacheco Manique (Agência Nova Petrópolis) e Dirceu Noro (Agência São Marcos).

BB paga PLR aos grevistas da era FHC

O Banco do Brasil pagou, em junho, os valores atrasados da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), relativos ao período de 1999 a 2001, aos funcionários que participaram de greve nesta época. Estes funcionários tiveram o pagamento da PLR negado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, como retaliação a sua participação nas paralisações regionalizadas contra o forte arrocho salarial imposto pelo próprio governo.

O acordo para o pagamento das PLRs passadas foi assinado com o BB no último dia 5 de maio e pago um mês depois, em 7 de junho.

Sindicatos dão 30 dias para Itaú apresentar proposta

O Itaú terá 30 dias para apresentar uma proposta para pagamento da PLR sobre as duas gratificações recebidas pelos bancários no ano. Caso o banco não indique solução, os sindicatos gaúchos vão ingressar com ações na Justiça para cobrar os valores aos quais os trabalhadores têm direito.

Uma ação judicial movida pelo Sindicato dos Bancários de

Porto Alegre e Região já conquistou o pagamento, o que representa um ponto a favor dos bancários do Itaú. O diretor do Sindicato de Caxias do Sul e Região, Vilmar Castagna, participou da reunião dos dirigentes da Federação dos Bancários do RS e demais sindicatos do Estado com o gerente de Recursos Humanos do Itaú para a Região Sul, José Sion

Lucca, e João Carlos Almeida, do setor de RH da instituição em Porto Alegre, na tarde dia 17. No encontro, o gerente de RH não apresentou proposta e disse que o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) sobre as gratificações, feito em fevereiro passado, foi erro administrativo. Lucca indicou, mesmo assim, que o banco tem interesse em fazer acordo.

Lucro dos bancos continua crescendo

Seja qual for o desempenho da economia, os bancos continuam ganhando muito dinheiro. O ranking do Banco Central referente ao primeiro trimestre de 2004 mostra que o lucro líquido consolidado do setor financeiro cresceu 16,3% e as receitas obtidas com a prestação de serviços aumentou 22%, alcançando, pela primeira vez, o valor gasto com as despesas de pessoal.

O lucro líquido passou de R\$ 4,779 bilhões do primeiro trimestre de 2003 para R\$ 5,56 bilhões no mesmo período de 2004. Já, as receitas com prestação de serviços passaram de R\$ 6,45 para R\$ 7,87 bilhões no mesmo período, quase o mesmo valor gasto com as despesas com pessoal, que somaram R\$ 7,88 bilhões. Em alguns bancos, as receitas provenientes da prestação de serviços foram ainda maiores. No Itaú, alcançaram R\$ 1,2 bilhão, suficientes para saldar duas folhas de pagamento no período.

Balancetes do primeiro trimestre dos 15 maiores bancos

Bancos	Ativo Total (-) intermediações	Ativo Total	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Rentabilidade anualizada
Banco do Brasil	226.542.077	231.107.146	12.686.177	615.585	19,41%
Caixa Econômica Federal	149.782.775	158.721.759	6.073.741	404.140	26,61%
Bradesco	119.292.147	131.770.337	13.646.472	609.050	17,85%
Itaú	113.981.131	118.260.267	13.376.712	882.139	26,38%
Unibanco	58.853.648	64.764.172	7.571.666	288.258	15,23%
Santander Banespa	58.468.270	62.722.794	7.823.397	370.851	18,96%
ABN Amro	54.306.205	54.353.053	8.680.922	217.094	10,00%
HSBC	29.623.342	30.158.632	1.997.596	96.827	17,38%
Safr	29.442.242	35.689.653	3.356.841	131.820	15,64%
Nossa Caixa	26.970.097	27.185.392	1.924.668	81.606	16,96%
Citibank	21.975.839	22.189.636	3.024.756	-231.402	-
Votorantim	21.429.902	29.299.792	2.516.948	131.576	20,98%
BankBoston	17.756.809	19.375.523	2.618.182	63.119	9,64%
Banco do Nord. do Brasil	12.972.317	13.065.399	1.280.009	-10.817	-
Banrisul	11.861.580	11.968.630	850.142	-49.950	23,50%

Em milhares de Reais

Fuente: Banco Central do Brasil

Bancários realizam ato em defesa do Banrisul

A manifestação para promover a defesa do banco público e denunciar o uso da instituição como caixa do governo do Estado serviu também como resposta à nova ameaça de privatização, lançada pelo presidente da Federasul

O ato, realizado no dia 31 de maio, em frente à agência matriz, em Porto Alegre, cumpriu com seu propósito, traçado durante o 13º Encontro Nacional dos Empregados do Banrisul. Ou seja, expressou a preocupação da categoria com o uso da instituição para cobrir problemas de caixa do governo estadual, como no caso dos empréstimos para pagamento do 13º salário dos servidores estaduais.

O governo obteve aval da Assembleia Legislativa para utilizar parte do saldo de depósitos judiciais (valores que são colocados por particulares no banco como garantia a impasses judiciais) para pagar a primeira parcela do empréstimo feito para o pagamento do 13º salário. No final do ano passado, a equipe de Rigotto ofereceu a alternativa de empréstimo pessoal no Banrisul para quem quisesse receber o vencimento. Agora tem de depositar o valor na conta de cada funcionário para que eles paguem a sua dívida com o banco.

O medo dos bancários é que estes e outros financiamentos possam comprometer a

saúde do banco, que tem apresentado lucro nos últimos anos. "Não queremos a volta de gestões que usaram o caixa do banco para tapar os buracos no caixa do governo", diz a Carta Aberta ao Povo Gaúcho, distribuída à população durante o ato. O documento, aprovado no Congresso Nacional dos Empregados do Banrisul, também foi entregue ao chefe de gabinete da Casa Civil do governador Germano Rigotto, Pedro Bish Neto, e ao presidente da Assembleia Legislativa, Vieira da Cunha. Critica as "políticas equivocadas" do governo Antônio Britto, "que levaram o banco a acumular sucessivos prejuízos, chegando a atingir a mais de R\$ 700 milhões em 1998, até ser socorrido pelo PROES, quando a privatização já era tramada". O documento diz ainda que os problemas financeiros do governo devem ser enfrentados com austeridade administrativa, fim das isenções fiscais para os grandes empresários, combate à sonegação fiscal, cobrança dos devedores do Estado e renegociação da dívida pública". Logo depois da

manifestação, uma comitiva foi até a Presidência do banco, na Rua Caldas Junior. Os diretores Administrativo e de Recursos Humanos, Gilberto Caponi, e o Financeiro, Ricardo Hingel, receberam a carta e reforçaram que o governo não cogita privatizar a instituição.

Presidente da Federasul pede federalização

Com o ato do dia 31, a categoria também respondeu às declarações de Paulo Afonso Feijó, reeleito presidente da Federação das Associações Comerciais e de Serviços do RS (Federasul) e da Associação Comercial de Porto Alegre, que cobrou a federalização do banco em discurso proferido durante a solenidade de posse da nova diretoria da entidade, no dia 27, em Porto Alegre. A atitude de Feijó tensionou a cerimônia -, que terminou com a renúncia do atual presidente do banco à vice-presidência da Federasul, minutos após ter sido empossado. E provocou os bancários, que, no dia seguinte, protocolaram uma carta junto à Federasul, repudiando as declarações do seu presidente.

Feijó cobrou a privatização do banco do governador Germano Rigotto, que estava presente à cerimônia. "Por que precisamos de um banco estadual, senhor governador?", perguntou o empresário, argumentando que o banco público privilegia interesses corporativos e representa custo para o Estado. Além do Banrisul, defendeu ainda a federalização da CEEE e a extinção de várias empresas públicas. "Pedir ao governo do Estado que se desfaça de empresas estatais do porte do Banrisul e da CEEE é no mínimo desconhecer os relevantes serviços prestados por essas empresas públicas à sociedade gaúcha. Estranhamos tal postura por sabermos da parceria desenvolvida pelo Banco do Estado, inclusive com a categoria representada por Vossa Senhoria", diz um trecho da carta de repúdio enviada ao presidente da Federasul. A correspondência salientou ainda que os resultados obtidos nos últimos anos demonstram o saneamento e a viabilidade da instituição.

13º Encontro Nacional

O 13º Encontro dos Empregados do Banrisul aconteceu nos dias 22 e 23 de maio, em Porto Alegre. Além das medidas em defesa da condição financeira do banco estatal, os representantes dos empregados definiram itens a serem negociados com a direção do banco na data-base de 2004. Os empregados do Banrisul aderiram à campanha unificada da categoria, cuja pauta já foi entregue aos banqueiros. Novo plano de carreira, Fundação Banrisul e Cabergs estarão na negociação setorial. A categoria quer eleger representantes para a direção da Fundação (um) e para a Caixa de Assistência (dois). Hoje, todos são indicados pelo banco.

No encontro, os participantes também mostraram solidariedade. Aprovaram moção pela reestudualização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), Banco do Estado do Ceará (BEC) e do Banco do Estado de Pernambuco (BEP), já federalizados e que devem ser levados à privatização.

Categoria rejeita proposta

Os banqueiros ofereceram reajuste salarial de 6%, contra os 25% reivindicados pelos bancários

A decisão dos bancários foi tomada em assembleias realizadas em todo o país entre os dias 11 e 13 de agosto. Os bancários de Caxias do Sul e região, assim como as demais bases, rechaçou a proposta da Fenaban. A Assembleia aconteceu no dia 11, com a presença de cerca de 28 bancários. A proposta dos banqueiros foi apresentada um dia antes à Executiva Nacional dos Bancários,

após quatro rodadas de negociação. Além de reajuste abaixo da inflação, os banqueiros também propuseram pagamento da PLR nos mesmos moldes do ano passado: 80% do salário mais R\$ 650. A única diferença seria o reajuste de 6% na parcela fixa, que passaria para R\$ 689. A reivindicação dos bancários é de um salário mais R\$ 1.200 a título de PLR.

A proposta dos

banqueiros chega a ser uma afronta aos trabalhadores, diante da exuberância dos lucros e do crescimento do setor. Só no primeiro semestre deste ano, a lucratividade dos bancos cresceu, em média, 20% sobre o mesmo período do ano passado. Os dois maiores bancos privados, juntos, tiveram lucro de R\$3.075.000.000,00. Na última década, os dez maiores bancos ampliaram o

lucro líquido em mais de 1.038%. Já, os salários dos bancários perderam poder de compra - o piso da categoria passou de 4,3 salários mínimos em 1994 para 2,6 mínimos em 2003.

Números que os banqueiros fazem questão de ignorar. Eles justificaram o índice proposto, que sequer cobre a inflação, com o argumento de que os bancos terão dificuldades em conceder aumento real.

Mas, se há um setor no país em condição de dar aumento real aos seus trabalhadores, promovendo melhor distribuição de renda, este setor é o financeiro. E é isso que os bancários estão exigindo. A expectativa da categoria é que o setor patronal apresente uma proposta que contemple suas reivindicações. Se até o final de agosto, esta resposta não vier, os bancários poderão partir para a greve.

Lucro líquido dos bancos (em R\$ milhões)

Bancos	1º Semestre 2003	1º Semestre 2004	Variação (%)	Rentabilidade Anualizada (%)
Itaú	1.490,50	1.825,00	22,44	30,60
Banco do Brasil	1.078,00	1.250,00	31,68	22,09
Bradesco	1.027,00	1.421,00	21,71	19,15
Santander Banespa	1.067,00	865,39	-19,00	32,80
ABN Amro	439,20	689,80	57,02	19,50
Unibanco	491,00	580,76	15,60	15,08

Fonte: Balanços Semestrais

Dia 25: Encontro Nacional dos Bancários em São Paulo

Dia 31: Plenária da Executiva Nacional dos Bancários, dirigentes da Executiva da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e representantes por federações

Caixa e BB assinam pré-acordo

A capacidade de pressão dos bancários se fortaleceu com a assinatura do pré-acordo, no dia seis, onde o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal se comprometeram a cumprir o que for acordado com a Fenaban. O compromisso dos dois bancos federais eleva de 250 mil para 400 mil o número

de bancários envolvidos na luta unificada por aumento real. A exemplo dos bancários, metalúrgicos, químicos, petroleiros e outras categorias organizadas também estão em campanha por aumento real de salário neste semestre.

Bic/HSBC/Unibanco vence Campeonato de Futebol Sete

A equipe Bic/HSBC/Unibanco venceu por 2X1 a final do Campeonato Bancário de Futebol Sete 2004, realizada no dia 24 de julho, na sede campestre do Sindicato. O campeonato teve início no final de março e contou com a participação de 10 equipes. O goleador do campeonato foi André Almeida e o goleiro menos vazado foi Leonardo Pital, ambos do ABN/Real.

- 1º Bic/HSBC/Unibanco
- 2º Bradesco Centro
- 3º ABN/Real
- 4º BB

Vitória
foi definida
somente na
prorrogação



Dia 27 acontece a Festa dos Bancários

Música ao vivo, coquetel e bebidas, no auditório da sede social do Sindicato, às 19h30.

Confirme sua presença até o dia 25 pelo fone 223 2166

Grupo de Trabalho da Segurança volta à ativa

A retomada do grupo é consequência da pressão dos bancários por medidas capazes de prevenir assaltos e seqüestros, protegendo assim a vida dos bancários

O primeiro encontro na retomada do Grupo de Trabalho (GT) aconteceu no dia quatro, em Porto Alegre, com representantes dos bancos, da Polícia Federal (delegacias do crime organizado e de controle da segurança privada), diversos departamentos especializados da Polícia Civil, Brigada Militar e vigilantes,

além da União Representativa de Gerentes do Banrisul (Urgeban). A primeira ação do GT foi a criação de seis grupos de estudos: função do vigilante, gerência de estabelecimentos, funcionários, equipamentos, fiscalização e inteligência policial. Os grupos têm por objetivo aprofundar informações e

definir medidas para a prevenção e combate à onda de insegurança no setor bancário no RS.

Os bancários têm sido alvo fácil para os criminosos. Nos primeiros nove dias de agosto, ocorreram sete assaltos no estado. No mês anterior, foi ainda pior: 17 ocorrências, inclusive com mortes. As

ocorrências de julho incluem assaltos a bancos e postos, com e sem seqüestro de bancários, arrombamentos de caixas eletrônicos, bem como assaltos a carros-forte, cooperativas de créditos e lotéricas, vítimas cada vez mais frequentes das quadrilhas.

A convocação do Grupo de Trabalho Interins-

titucional de Segurança Bancária do RS foi anunciada em 28 de julho, pelo secretário adjunto da Justiça e Segurança Fábio Medina Osório, após a marcha realizada pelos bancários em Porto Alegre para cobrar medidas emergenciais dos órgãos de segurança pública.

Banrisul

Bancários pressionam banco para avançar na pauta específica

Funcionários do Banrisul realizaram um protesto, no dia nove, em frente ao prédio-sede do Banrisul, no centro da capital gaúcha, para cobrar a abertura de negociações em torno da pauta específica de reivindicações. O ato, promovido pela Federação dos Bancários do RS (FEEB-RS), foi uma reação ao

silêncio da direção do banco diante das reivindicações específicas dos seus empregados, entregues no dia nove de julho.

A pressão dos bancários começou com o ato e promete se intensificar, caso o banco mantenha a política do silêncio. O calendário definido pelo Comando do Banrisul, que reúne dirigentes sindicais da base

do banco estadual, prevê assembleias por agências e paralisações. O que está em jogo são as reivindicações específicas, já que para o índice de reajuste e atualizações das demais verbas salariais, gratificações e PLR, o Banrisul segue a convenção coletiva que é acertada entre a Executiva Nacional dos Bancários, representando a

Confederação Nacional dos Bancários (CNB), e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Na pauta específica do Banrisul constam desde o novo plano de cargos e salários (os bancários querem participar da formulação do plano em análise no banco), Fundação Banrisul/Cabergs (aposentadorias e pensões), plano de

saúde, ponto eletrônico, representação dos empregados na gestão do banco (Direp/Corep), plataforma de serviços até a melhoria da remuneração e condição de trabalho dos operadores de negócios, item que aguarda resposta do banco desde 2003.

Seminário discute PCS nos bancos públicos

Dirigentes e delegados sindicais da Caixa, BB e Banrisul lotaram o auditório da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Porto Alegre, no dia 23 de julho, por ocasião do seminário Construindo o Plano de Cargos e Salários nos Bancos Públicos. O evento buscou qualificar o debate sobre o perfil dos trabalhadores dos bancos públicos, necessidades de remuneração e perfil de carreira.

Pela manhã, professores de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) discutiram sobre o papel das instituições e seu

desempenho no setor e interação com modelo de desenvolvimento do país. Na parte da tarde, Sebastião Martins de Andrade, gerente de Padrões e Planejamento da Caixa, que também é coordenador do Grupo de Trabalho (GT) sobre o novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR) da Caixa, Joel Bueno, gerente executivo de Relações Trabalhistas do Banco do Brasil, e Gilberto Caponi, diretor-administrativo de Gestão de Pessoas do Banrisul, trataram das concepções de Plano de Cargos e Salários e das iniciativas que

estão sendo montadas nos bancos.

O BB e a Caixa criaram Grupos de Trabalho (GTs) sobre o tema, mas não há avanços. Na Caixa, a discussão está parada, pois o banco condiciona a proposta à aprovação do novo regulamento dos planos de benefício da Funcef. Os bancários do BB suspenderam as tratativas do GT por falta de proposta do banco. Já, o Banrisul contratou uma empresa de consultoria para fazer estudos de um novo plano de carreira. O atual plano está em vigor há cerca de 20 anos.

Santander fecha agências e demite

A sexta-feira, 13 de agosto, foi marcada pelo fechamento de 14 agências do Santander, entre as quais a agência Caxias do Sul, com a demissão de três empregados. Além das consequências para o nível de emprego no país, o fechamento de agências contribuiu para o agravamento das condições de trabalho dos funcionários que permanecem na instituição, que ficam sobrecarregados, e indica a tendência de ampliar ainda mais o já elevado número de estagiários, atualmente em cinco mil. Esse é o tratamento que o banco espanhol reserva aos brasileiros, responsáveis por mais de 20% de todo o lucro mundial do grupo. Cinco das agências fechadas localizam-se no nosso estado.

Nossos novos e-mails:

Sindicato - bancax@bancax.com.br

Voz do Bancário - vozdobancario@bancax.com.br

Voz do Bancário

Coordenadores de Secretarias:

Ademar Henrique Bellini - **Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização** (ahb@bancax.com.br)
Alexandre Rizzi - **Secretaria de Movimentos Sociais** (arizzi@bancax.com.br)
Carlos Marcelo Berwanger Rodrigues - **Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer** (marcelo@bancax.com.br)
Gelson Fernando Marcon - **Secretaria de Formação** (gfm@bancax.com.br)

Archimedes Ventura Rocco - **Secretaria de Organização e Política Sindical** (rocco@bancax.com.br)
Vaine Terezinha Andrequele - **Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração** (vaine@bancax.com.br)
Vilmar José Castagna - **Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho** (castagna@bancax.com.br)
Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação: Ademar Henrique Bellini - **Secretaria de Imprensa** (ahb@bancax.com.br)
Edição: Heloisa Mezzalana - **Quinta Essência Comunicação & Marketing**
Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro
Projeto Gráfico e Diagramação: Orion Design
Tiragem desta edição: 2.600 exemplares
Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela,

Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935.

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado a CUT - Sede: Rua Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul, RS, Cep 95020-310
Fones: (54) 223.2166 / 223.3119 - Fax: (54) 221.6747 - e-mail: bancax@bancax.com.br

CPI do Banestado

Banqueiros investigados pela evasão de divisas

A CPI foi suspensa e os documentos lacrados, mas a quebra coletiva de sigilos trouxe à tona uma série de denúncias e muitos suspeitos, entre os quais 29 banqueiros e executivos do mercado financeiro que remeteram recursos ao exterior entre 1996 e 2002, através de contas CC5

O pedido de quebra de sigilo fiscal foi encaminhado pelo relator da CPI José Mentor à Receita Federal em dezembro do ano passado, conforme apurou o jornal Folha de São Paulo. Segundo o mesmo jornal, 29 banqueiros deste grupo que teve seu sigilo bancário quebrado enviou para o exterior, por meio de suas contas bancárias de pessoa física, R\$ 1,7 bilhão entre 1996 e 2002. As remessas constam no disquete do Banco Central que revela a base de dados com todas as operações realizadas por meio de contas CC5 (para não residentes no país).

Além dos banqueiros, a CPI encaminhou vários outros requerimentos, solicitando a quebra de sigilos fiscais, bancários e telefônicos, bem como de inquéritos policiais federais e processos criminais referentes a fatos ocorridos entre 1996 e 2002, envolvendo centenas de pessoas físicas e jurídicas em vários estados brasileiros. PC Farias, Fernandinho Beira Mar, TRT São Paulo, gestão Maluf e Silveirinha são alguns casos que aparecem nas investigações.

A CPI foi instalada em junho do ano passado, para investigar as responsabilidades sobre a evasão ilegal de divisas destinadas a paraísos fiscais, por meio de

contas CC5 da agência do Banestado. O montante desviado soma US\$ 30 bilhões. Segundo a Polícia Federal, o esquema se valia de um grupo de doleiros que operava diversas contas no Banestado em Nova York. Dessas contas, o dinheiro era movimentado para outros bancos nos Estados Unidos, de onde era reenviado a paraísos fiscais. Há suspeita de lavagem de dinheiro, que seria originário do narcotráfico, de contrabando, de corrupção política e sonegação de impostos.

CC5: passaporte aos paraísos fiscais

As contas CC5 são contas legais que permitem que cidadãos brasileiros não residentes e empresas remetam dinheiro ao exterior. Mas, o trabalho da CPI revelou que não há nenhum controle sobre estas contas, conforme apurou o jornal Valor Econômico. Ao realizar a operação, a instituição financeira é obrigada a informar ao Banco Central dados como o nome do banco e o número da conta para a qual os recursos são remetidos. Mas, de 412 mil operações de remessas feitas entre 1996 e 2002, os campos identificadores do banco e da conta no exterior beneficiada estavam em branco em quase 390 mil - 94,6% do total. E em

muitas das 22 mil que tiveram os campos preenchidos, a conta era a mesma para dezenas de pessoas diferentes.

Foram constatadas ainda falhas grosseiras nos CPFs e CNPJs informados pelos bancos relativos às pessoas que fizeram essas remessas ao exterior. Muitos eram inexistentes, cancelados, pertenciam a empregadas domésticas ou a contribuintes em débito com o fisco - pessoas que remeteram milhões de dólares ao exterior declararam-se isentas perante a Receita Federal. Ou seja, os bancos não informaram e o Banco Central não exigiu explicação. Conforme apuração do jornal Valor Econômico junto a assessores da CPI, isto acontece porque as CC5 não sofrem controle prévio. Não há regra especial para grandes remessas, tampouco um cadastro de pessoas físicas e jurídicas que realizam operações de grande valor.

Além disso, em 1996, o BC permitiu que as agências de cinco bancos em Foz do Iguaçu tivessem contas CC5 especiais. As remessas de recursos feitas por essas agências não precisavam de identificação e esse foi o principal caminho utilizado no Brasil para a lavagem de dinheiro. "O resultado desse

'afrouxamento' pode ser visualizado nos dados que estão no sistema de informação do BC (Sisbacen)", conclui o artigo do referido jornal. Estes dados mostram que de janeiro de 1989 até dezembro de 2003 ingressaram no Brasil US\$ 131,2 bilhões por meio das contas CC5 e saíram do país US\$ 259,59 bilhões. Isso significa que o Brasil perdeu US\$ 128,38 bilhões nesse período.

Histórico

A CPI Mista do Banestado foi criada em junho do ano passado, com a intenção de investigar a evasão ilegal de divisas por meio de contas CC5 (de não-residentes), entre 1996 e 2001, em um total calculado em US\$ 30 bilhões. Em 14 meses, a CPI produziu 900 caixas com documentos, colheu 200 depoimentos e pediu a quebra de 1.700 sigilos bancários. A maior parte dos pedidos de quebra de sigilo forma feitos em bloco. A prática foi condenada pela jurisprudência do STF (Supremo Tribunal Federal) e serviu de pretexto para a suspensão desta CPI que deixou vazar informações sigilosas, capazes de comprometer muitos tubarões que costumam nadar nas praias do poder.

Os 29 banqueiros investigados

Itaú: Roberto Egydio Setúbal, Alfredo Egydio Setúbal, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Lywal Salles Filho e Milton Luiz Ubach

Safra: Ezra Safra, Moise Yacoub Safra, Joseph Yacoub Safra, Carlos Alberto Vieira e Ricardo Augusto Gallo

Unibanco: Pedro Moreira Salles, Tomas Tomislav Antonin Zinner, Luiz Maurício Lamenza de Moraes Jardim, Paulo Meirelles de Oliveira Santos, Israel Vainboim, César Augusto Sizenando Silva

Bradesco: Luiz Carlos Trabuco Cappi

ABN-Amro: Fabio Coletti Basrbosa

HSBC: Emilson Alonso

BBM: Bruno Mariani, Eduardo Mariani Bittencourt, Luiz Clemente Mariani Bittencourt, Pedro Henrique Mariani Bittencourt

JP Morgan: Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho

Pactual: André Santos Esteves

GAP: Carlos Camacho

Deutsche Bank: Roger Ibrahim Karam

Alfa: Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro

UBS: Alexandre Dávila M. Bettamino Guimarães

Governo FHC favoreceu BBV

Em outubro de 1998, o Banco Central emprestou US\$ 840 milhões ao banco espanhol Bilbao Vizcaya - BBV - a uma taxa anual de juros de 5,5%. "No mesmo dia do empréstimo, o banco usou os mesmos US\$ 840 milhões para comprar letras do Tesouro Nacional, que rendiam 11% ao ano. Isso durou quatro anos", destacou

o relator da CPI José Mentor ao jornal O Estado de São Paulo. A transação foi parte de um acordo entre o governo e o BBV (Bilbao Viscaya) para permitir que o banco espanhol comprasse o Excel Econômico por US\$ 500 milhões.

I Campeonato Misto de Voleibol

Atenção bancários e bancárias! O Sindicato está com inscrições abertas, até o dia 14 de setembro, para o I Campeonato Misto de Voleibol. Os jogos acontecerão na sede da AABB Associação Atlética do Banco do Brasil - e têm início previsto para o dia 18 de setembro.

Participem!

Reajuste de 23% no Banco Central

Funcionário do Banco Central entraram em greve no dia nove. Eles conseguiram reajuste de 23%, sendo 50% neste mês e 50% em março de 2005. A reivindicação inicial era que o reajuste fosse pago integralmente ainda este ano.

Sindicato formaliza acordo com BV Financeira

Funcionários da BV Financeira conquistaram reajuste de 12,33% para os valores referentes aos pisos. O reajuste dos pisos faz parte do acordo coletivo de trabalho, fechado nos moldes da Convenção Coletiva dos Financeiros, sob a representação do Sindicato dos Bancários. Em Caxias do Sul, a assembleia para votar a proposta de acordo aconteceu na sede do Sindicato, no dia quatro de agosto.

Sindicato contrata nova Assessoria Jurídica

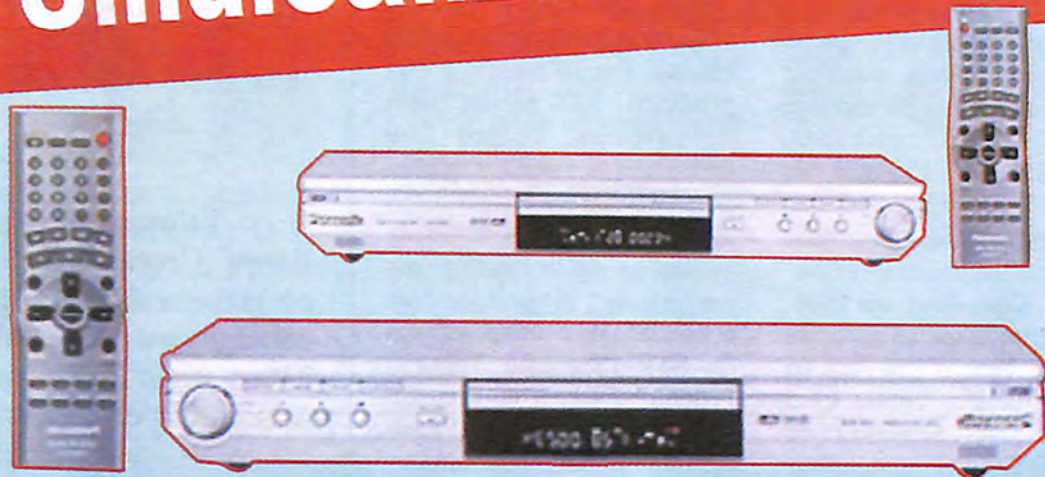
O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e região assinou, em primeiro de julho, contrato com a Advocacia Fagundes, Meyer e Schneider S/C, para prestação de assistência jurídica e judiciária aos bancários, abrangendo o Direito Individual do Trabalho, Direito à Saúde no Trabalho e Direito Civil/Contratos, onde se enquadram revisões de contratos bancários e financiamentos, entre outros. A Advocacia Fagundes, Meyer e Schneider S/C tem anos de experiência junto ao segmento bancário, sendo responsável pela consultoria jurídica da Federação dos Bancários do RS e outros sindicatos do estado.

Através do convênio, sócios do Sindicato têm direito à consulta gratuita e a descontos especiais tanto em causas trabalhistas como cíveis. Em ações trabalhistas, os associados pagam 10% da tabela da OAB, sendo que nas cíveis o pagamento é de 50% da tabela. O convênio também beneficia bancários não associados. Estes pagarão 20% dos preços de tabela, mas apenas em causas trabalhistas. As consultas gratuitas aos associados do Sindicato acontecem todas as sextas-feiras, das 15h às 18h, mediante agendamento prévio, pelo Fone: 223 2166.

A Advocacia Fagundes, Meyer e

Schneider S/C trabalha através de um sistema unitário de assistência processual aos bancários, um convênio múltiplo que prevê parcerias com outros dois renomados escritórios de advocacia: Crivelli Advogados Associados, com escritório em Brasília, responsabilizado tecnicamente pelo atendimento aos processos em tramitação no TST e STF; e Rodrigues & Gressler Advogados Associados, com escritório em Porto Alegre, responsável técnico pelos processos em tramitação no TRT.

Sindicalize-se e concorra a prêmios



Além de fortalecer a luta da categoria por melhores salários e condições de trabalho, você ainda concorre a prêmios e ganha uma série de vantagens:

- Assistência jurídica
- Assistência odontológica
- Sede campestre
- Convênios de descontos em lojas, academias, óticas, psicólogos, fisioterapeutas, cursos, entre outros.

**Sorteio em
8 de dezembro de 2004
pela Loteria Federal.**

**Preencha sua ficha e entregue-a ao Sindicato até
o dia 30 de novembro.**

**Campanha válida para novos associados e
sócios recadastrados, inclusive aposentados.**



Fotos meramente ilustrativas.

Prêmios

1º TV Philco 29" Real Flat

mod. 2922 Tela Totalmente Plana

2º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

3º DVD/CDPlayer Panasonic S 35

4º DVD/CD Player Panasonic S 35

5º DVD/CD Player Panasonic S 35

Não fique só. Fique sócio do Sindicato.

69
anosSindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Ano 20 | nº 127 | 27 de outubro de 2004

Filiado à **CUT**

O arrocho continua e a luta também

Fotos AHB



Na campanha salarial deste ano, a categoria, superando todas as dificuldades, realizou a mais longa greve de sua história, mas não conseguiu romper a política de arrocho salarial em vigor, construída ao longo da última década. Política esta, ditada pelo FMI e por organismos internacionais, que impõe a compressão salarial, acompanhada de liberação em relação ao mercado e elimina qualquer cláusula de indexação dos salários vinculada ao aumento do custo de vida.

Os banqueiros se negaram a negociar durante todo o movimento paredista, não aceitando nem a intermediação do presidente do TST, como se a proposta apresentada pelos mesmos recompusesse o poder de compra dos salários.

Apesar da força e determinação do movimento, não conseguimos romper a intransigência dos banqueiros e do governo federal, que usaram de todos os recursos disponíveis para coibir a greve, inclusive a força policial.

O julgamento do dissídio coletivo dos empregados da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil no Tribunal Superior do Trabalho, dos itens julgados concedeu apenas um abono de R\$ 1 mil, além de um reajuste de 8,5%, o mesmo percentual proposto desde o início da negociação coletiva pela Fenaban.

O Tribunal determinou aos dois bancos que paguem 50% dos dias de greve, e ou outros 50% serão compensados pelos bancários.

O juiz Luciano de Castilho ironizou o pedido de abusividade da greve feito pelo BB e Caixa, ao lembrar que altas autoridades da República declararam-se favoráveis ao movimento, considerando-o "justo, legítimo e civilizado".

O presidente do TST, Vantuil Abdala, afirmou que a "Corte deixou claro que o ideal é a composição do conflito do trabalho pelas próprias partes e que é preciso aperfeiçoar o sistema sindical do País". Acrescentou que "a greve é um instrumento legítimo de reivindicação da classe trabalhadora, próprio do regime democrático". Na Caixa e Banco do Brasil, além da PLR, ficou para renegociação um total de 46 cláusulas em cada banco, já que não foram julgadas pelo Tribunal. Enquanto isso, os bancos afirmaram que só retomam as negociações depois da publicação do acórdão.

Com relação aos bancos privados, a Executiva Nacional continua negociando a extensão do mesmo abono para todos os empregados dos referidos bancos e bancos estaduais, além do pagamento dos dias parados.

STF: a Suprema Corte que jamais mandaria Al Capone para cadeia

Celso Antônio Três

"(...) ei Al Capone, vê se te orienta, já sabem do teu furo, nego, no imposto de renda ...!!!" ("Al Capone", Raul Seixas, música dele, composta em co-autoria com Paulo Coelho)

A propósito do gangster, lembra o procurador regional da República, Rodolfo Tigre Maia:

"Al Capone, nascido em Nova York em 1899, no Brooklyn, de ascendência italiana (os pais emigraram de Nápoles em 1883), Alphonse Capone assumiu o controle do crime organizado da cidade de Chicago, no Estado de Illinois, no final da década de 20, enriquecendo em especial com a venda de bebidas ilegais (lei seca). Como é notório, o gangster terminou preso por sonegação fiscal em 1931. Investigadores federais, analisando suas declarações de renda e seus livros contábeis, descobriram que cerca de US\$ 165 mil em receitas tributáveis percebidas no ano de 1924 nunca haviam sido declaradas e que no período de 1925-1929, receitas de cerca de US\$ 1 milhão (essas, apenas as documentadas!) igualmente foram omitidas, e ele resultou condenado na pena máxima de 11 anos de prisão e multa de US\$ 80 mil pelo juiz federal James H. Wilkerson (...)" (*Lavagem de Dinheiro*, Malheiros, 1999, pág. 28).

Agora, o STF subordinou a ação penal contra o sonegador ao veredicto final do processo administrativo (HC nº 81611-DF, relator ministro Sepúlveda Pertence, 10 de dezembro de 2003, *Informativo do STF* nº 333). Em suma, STF fez da instância administrativa a Suprema Corte fiscal e criminal do colarinho branco!

Pior! A pendência do processo administrativo sequer seria causa suspensiva da prescrição, tampouco condição de procedibilidade (artigos 92 a 94 do CPP). Seria *sui generis* causa extensiva da própria tipicidade ("sic"). Na peregrina dicção do procurador da República Edmar Gomes Machado, no entender do STF, o homicídio consuma-se tão somente quando expedido o atestado de óbito.

Em suma, para os delitos de "mão pobre" - por exemplo, furto, etc -, quem diz o direito é o Judiciário. Para os de "mão rica", colarinho branco, é o órgão fiscal. Miserável Justiça que justiça apenas os miseráveis!

Acaciano lembrar que a sonegação consuma-se quando do fato gerador, sendo o lançamento puramente declaratório (*ex tunc*) da obrigação e constitutivo do crédito tributário, requisito apenas da exigibilidade pecuniária (*ex nunc*), sem qualquer relação com o delito.

Ainda mais óbvio o truismo de que o direito penal - sanção ou absolvição, não importa - é monopólio do Poder Judiciário, em hipótese alguma podendo ser submetida a Justiça às instâncias dos outros poderes, *a fortiori*, a tributária, acintosamente constituída por representantes dos próprios autuados (réus). *Mutatis mutandis*, seria

o mesmo que inserir no Tribunal do Júri parentes e comparsas do acusado.

Mestre Eugênio Raul Zaffaroni: "(...) Em geral, em quase toda a América Latina se tem observado uma clara tendência em reduzir ou neutralizar a interferência do Poder Judiciário, para possibilitar a intervenção de organismos do Poder Executivo. A centralização do poder punitivo nas mãos dos órgãos executivos é fato comprovado amplamente, com que se desequilibra seriamente a tripartição dos poderes do Estado Democrático" (*Direito Penal Brasileiro*, RT, 1997, pág. 71).

Basta consultar o andamento processual: www.conselhos.fazenda.gov.br, pesquisando pelo nome do autuado ("contribuinte"), especialmente junto ao 1º Conselho de Contribuintes, o de competência mais extensa.

Grandes grupos econômicos (por exemplo, Odebrecht, Gerdau, Itaú, Bradesco, Votorantim, Parmalat, Golden Cross, etc.) tem extensa ficha processual, várias autuações, mais que decenas, inúmeras quinquenais.

Portentosas empreiteiras que formaram impérios econômicos mercê de contratações com o poder público, como Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, são presença perpétua nas delongas administrativas, consoante exemplificam processos instaurados há mais 12 anos, ainda pendentes (por exemplo, nº 13805.002745/92-45 e nº 13805.002746/92-6, da Camargo Corrêa).

Ícones do mundo político, sempre às voltas com imputações de improbidade, como o ex-prefeito e ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf (Processo nº 10410.000441/93-14, instaurado em 1993, permanecendo mais de oito anos apenas na instância recursal), o ex-senador Luiz Estevão de Oliveira Neto (Processo nº 10166.010690/96-64, instaurado em 1996, julgado no final de 1998), o ex-presidente da República Fernando Affonso Collor de Mello (Processo nº 14052.005713/94-59, instaurado em 1994), a Construtora OAS Ltda, vinculada à família do senador Antonio Carlos Magalhães, etc., todos têm presença cativa nas instâncias hierárquicas do Executivo, poder sempre audível aos seus interesses.

Paulo César Cavalcante Farias, o PC Farias (lembra dele, caixa-preta da corrupção na era Collor, que expirou suicidado pela perícia do médico legista Badan Palhares?), talvez como preito de homenagem aos serviços em favor da Pátria, *in memoriam*, não sonegou-se gaveta à sua sonegação, processo instaurado ainda em 1993, remanesecendo mais de oito anos apenas na instância recursal.

Isso tudo, sem olvidar que, uma vez julgados pelo Conselho de Contribuintes, ainda não estará exaurida a instância administrativa, cabendo recursos à Câmara Superior de Recursos Fiscais e ao próprio ministro da Fazenda (artigos 25, §4º, e 26 do Decreto nº 70.235/72).

Exaurida a interminável instância administrativa, ainda assim nada garante a *persecutio criminis*: a) provido recurso do autuado, extingue-se; b) improvido, não obstante presente provas de sonegação, o órgão fiscal pode excluir a representação ao Ministério Público.

Em resumo, fosse o STF a Suprema Corte dos EUA à época de Al Capone, o gangster jamais teria sido preso. Estaria aposentado muito antes de ser sequer acionado *in iudicio*, ainda *sub iudice* do Conselho de Contribuintes.

Celso Antônio Três é procurador da República em Tubarão (SC). Já atuou em Caxias do Sul, Brasília e em Cascavel (PR). Artigo originalmente publicado no site Última Instância.

CPMF

Receita já autuou bancos em R\$1,25 bilhão

O secretário adjunto da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, quando perguntado por jornalistas sobre irregularidades cometidas pelos bancos, relativamente ao tributo, disse que a Receita fiscaliza desde 1999, os casos de evasão tributária da CPMF cometidas por bancos. "A Receita já investiga isso, normalmente, há seis anos. Abrimos fiscalizações sobre vinte bancos. Destas, oito já foram concluídas e geraram R\$ 1,25 bilhão em créditos tributários", disse Barreto.

Itaú é autuado por facilitar sonegação de transnacionais

O banco Itaú foi autuado pela Receita Federal por ter oferecido e prestado à indústria de cigarros Souza Cruz um serviço para burlar a incidência da CPMF, conforme matéria publicada no jornal *Valor Econômico*, de 16 de agosto deste ano. Segundo a nota, em vez de depositados na conta corrente da própria empresa, os cheques recebidos pela Souza Cruz, em função de suas vendas, eram repassados diretamente para seus fornecedores. Ainda, conforme o Jornal, o Segundo Conselho de Contribuintes negou provimento ao recurso impetrado pelo Itaú contra a autuação. Conforme o procurador geral da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Brandão, muitos grandes bancos cometeram o mesmo tipo de irregularidade. Um dos 11 pendentes processos de julgamento também refere-se ao banco Itaú, em função da prestação do mesmo serviço à Esso empresa distribuidora de combustíveis. O Banco pode ainda recorrer ao Conselho Superior de Recursos Fiscais e à Justiça.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

e-mail: vozdobancario@bancax.com.br

Filiado à FEEB/RS, CUT, CNB/CUT, Dieese e Diap
Fundado em 24 de outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização

Ademar Henrique Bellini (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais

Alexandre Rizzi (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Carlos Marcelo B. Rodrigues (marcelo@bancax.com.br)

Secretaria de Formação

Gelso Fernando Marcon (gmarcon@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerti (incerti@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Vaine Terezinha Andreguele (vaine@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho

Vilmar José Castagna (castagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial - Diretoria do Sindicato dos

Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação - Ademar Henrique Bellini

Edição - Laís Haar Karam

Fotolitos e Impressão - Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem desta edição - 2.500 exemplares

Base Territorial - Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Endereço: Rua Borges de Medeiros, 676

Centro Caxias do Sul - RS Cep 95020 - 310

Fones (54) 223.2166/ 223.3119 fax (54) 223.2405

e-mail bancax@bancax.com.br

A greve dos bancários e a boa-fé

"A sociedade incumbe reconhecer o exercício deste direito aos bancários, criando mecanismos que permitam a vivência harmônica durante o período da greve"

Eduardo Milléo Baracat

A greve é um direito individual exercido coletivamente, conforme se pode inferir dos arts. 9º da Constituição e 1º da Lei de Greve. Individual, porque pertence a cada trabalhador, de forma distinta, incumbindo-lhe decidir sobre o seu exercício; o seu exercício é coletivo, já que a greve deve ser realizada através do sindicato da respectiva categoria profissional (art. 4º da Lei de Greve).

Conforme a idéia de "paz social", constitui abuso do direito, a realização de greve durante a vigência de uma convenção coletiva de trabalho (art. 14 da Lei de Greve). No entanto, a greve é plenamente justificável durante o período de negociação tendente a celebração da convenção coletiva. A greve, na verdade, é a única arma legítima que os empregados possuem para alcançar benefícios sociais importantes, forçando o empregador a negociar. E a greve só alcança seu objetivo se consegue causar incômodos ou prejuízos ao empregador, de forma com que faça que este negocie as reivindicações dos trabalhadores.

Note-se, por outro lado, que a greve deve causar prejuízo apenas aos empregados, mas não à sociedade. Por isto, a Lei de Greve elencou, taxativamente, as atividades consideradas essenciais, de forma que, apenas em relação a estas, "os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados de comum acordo, a garantir durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade." (art. 11).

De acordo com a definição legal, exceto o serviço de compensação bancária, o trabalho desenvolvido pelos bancários não é essencial à comunidade. Observa-se, portanto, que a greve dos bancários, deflagrada em razão da negociação que objetivava a celebração de convenção coletiva com vigência a partir de 1º de setembro de 2004 é perfeitamente legítima e legal. Se ela causa prejuízo aos Bancos, faz parte do jogo democrático, cujo fundamento está na Constituição da República.

A sociedade incumbe reco-

nhecer o exercício deste direito aos bancários, criando mecanismos que permitam a vivência harmônica durante o período da greve.

Necessária, ainda, uma vigilância constante após o término da greve, seja qual for o seu resultado, para que se evitem dispensas que visem a punir empregados que tenham participado da greve, pois estas violariam o princípio da boa-fé objetiva, prevista no art. 422 do Código Civil.

De fato. Tendo em vista a idéia de que empregado e empregador devem agir com lealdade, um para com o outro, durante a relação empregatícia, caracterizar-se-ia abuso do direito de despedir, a instituição financeira que dispensasse o empregado após o término da greve. Ou seja, o Banco que despede o empregado, tão-somente por este ter participado da greve, age de forma desleal, pois não respeita o exercício de um direito previsto na Constituição, e que todos os membros da sociedade devem observar.

Como, na maioria das vezes, não é possível descobrir a motivação do empregador que dispensa o empregado sem justa causa, nos meses que se seguem o término da greve dos bancários, a sociedade (em especial os bancários, Bancos, sindicatos, DRT, Ministério Público do Trabalho, e Justiça do Trabalho) deverá estar alerta para que sejam coibidas dispensas que visarem a discriminar os bancários grevistas. Do contrário, é o próprio direito de greve que estará em risco, como também o seu fundamento, que é o Estado Democrático de Direito. Para isto, conveniente e democrático que se exija dos Bancos a motivação de cada dispensa, sob pena de reparação pecuniária pela dispensa discriminatória.

Eduardo Milléo Baracat é juiz titular da 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, doutor em Direito pela UFPR e professor universitário. Artigo publicado originalmente no site Anamatra.

Bombardeio de interditos proibitórios

Bancos adotam mesmo recurso utilizado pelo latifúndio

Durante a maior greve dos bancários, os bancos, ao invés de negociar, preferiram apelar para ameaças, corte do ponto, assédio moral, repressão policial e outros mecanismos para desmobilizar o movimento.

Além das intimidações, os bancos entraram com ações judiciais para enfrentar as paralisações. Lamentável é que obtiveram liminares de alguns juizes e tribunais, cujas decisões tentaram inviabilizar o exercício do direito de greve, garantido na Constituição.

O recurso dos interditos proibitórios foi o mesmo instrumento que é utilizado pelos latifundiários contra a ocupação de terras, fato que exige uma reflexão da sociedade.

Em Caxias do Sul, os primeiros bancos a adotarem este recurso foram o Bradesco, Itaú, ABN Real, HSBC e posteriormente Unibanco, Santander, Safra e Sudameris. Um dos tantos interditos proíbe manifestações a menos de 10 metros da porta das agências, outros fixam multa diária a ser paga pela entidade sindical, em caso de descumprimento, de até R\$ 50 mil.

Liminar garante direito de greve no RS

No dia 5 de outubro, os bancários conseguem liminar expedida pela juíza Laura Antunes de Souza, da 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, condenando os bancos de "se absterem de procedimentos que impeçam o livre exercício do direito de greve". A ação foi mo-

mente ou com uso de carro de som, para convencimento dos trabalhadores. A liminar tem abrangência para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Em caso de descumprimento, a juíza fixou multa diária de R\$ 8 mil.

Segundo a liminar, "os dirigentes sindicais devem ter asseguradas garantias de dirigir-se aos trabalhadores de forma livre e sem intimidações, especialmente aquelas derivadas da

atuação da força policial". Para a magistrada, "é necessário resguardar o direito de expressão e opinião". Na opinião do advogado Milton Fagundes, que moveu a ação representando a Federação dos Bancários, "Essa liminar é uma importante vitória dos bancários contra os interditos proibitórios, que foi a principal estratégia usada pelos banqueiros para enfrentar a greve da

O Interdito Proibitório tem por visto a defesa preventiva da posse. Nestes termos alude o artigo 932 do CPC, que, o possuidor direto ou indireto, que tenha justo receio de ser molestado na posse, poderá impetrar ao juiz que o segure da turbacão ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório, em que se comine ao réu determinada pena pecuniária, caso transgrida o preceito.

categoria. Além disso, a medida reforça decisões semelhantes em outros estados, que também vêm neutralizando os efeitos dos interditos e, assim, garantindo o pleno exercício do direito de greve, assegurado na Constituição Federal".

Sindicato é condenado a reparar danos morais

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região foi condenado, por decisão judicial transitada em julgado em 05 de outubro de 2003 depois de esgotadas instâncias recursais, em pedido de indenização por danos morais formulado pelo Sr. Ruy Pauletti, ex-reitor da Universidade de Caxias do Sul e deputado estadual pelo PSDB, em processo que tramitou junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Caxias do Sul/RS.

A origem do processo está

pautada em correspondência remetida pelo Sindicato e outras entidades sindicais aos membros do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Caxias do Sul, por ocasião da eleição do reitor da UCS em dezembro de 1997, questionando o procedimento funcional adotado pelo então reitor e candidato à reeleição, Ruy Pauletti. À época, era coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região o senhor Pedro Justino

Incerti.

No dia 28 de setembro último, foi procedida a execução da condenação no valor de R\$ 49.743,38.

O Sindicato, atendendo a um mandado de citação, penhora e intimação nomeou à penhora parte do lote urbano da sede campestre, trecho compreendido entre a rua Cristiano Ramos de Oliveira e a faixa de domínio da Rede Ferroviária Federal, valor suficiente para garantir a execução.

SINDICALIZE-SE E CONCORRA A PRÊMIOS

Sorteio prorrogado para o dia 8 de junho de 2005, pela Loteria Federal

Preencha sua ficha e entregue-a no Sindicato até o dia 31 de maio.

Não fique só. Fique sócio do Sindicato.

A greve mais longa dos bancários

Em Caxias do Sul e região, a greve iniciou em 17 de setembro e se prolongou até o dia 14 de outubro, período em que bancários de mais de 50 agências e unidades aderiram ao movimento paredista, apesar de todos os recursos utilizados pelos banqueiros para acabar com a greve. Mas a determinação dos bancários resistiu.

A greve nacional dos bancários, em quatro estados, teve início dia 15 de setembro em quatro capitais e se alastrou pelo País inteiro, atingindo 24 capitais e o interior, durando 30 dias e se caracterizando como a mais longa da história da categoria no País. A maior paralisação em todo país até então havia durado 19 dias, na campanha salarial do ano de 1946. O movimento de 2004 é a 11ª greve nacional dos bancários. A última greve nacional dos bancários já completa 13 anos. Em 1991, com três dias de paralisações, a categoria conseguiu repor as perdas salariais do ano. Apesar da conquista, teve que enfrentar uma forte repressão policial, fato que se repetiria em 2004.

Cronologia da Campanha Salarial

Conferência Estadual

- Realizada nos dias 15 e 16 de maio em Porto Alegre.

Conferência Nacional

- Em junho, mais de 1.100 bancários, em São Paulo, representando entidades sindicais de todo o país, deliberam por campanha salarial unificada e aprovam luta por aumento real. Representando o nosso Sindicato participaram Ademir Bellini e Vaine Andreguete. Decisão foi referendada nos congressos específicos do BB e da Caixa.

Assembléia no Sindicato

- No dia 16 de junho, em assembléia no nosso Sindicato, os bancários desautorizam a Contec para representar o Sindicato em negociações coletivas ou em dissídios coletivos, bem como assinar convenção ou acordos coletivos de trabalho. Ainda nesta assembléia, o Sindicato foi autorizado a delegar poderes à CNB/CUT, com a finalidade de proceder negociação coletiva e firmar Norma Coletiva de Trabalho.

Minuta - Em 17 de junho a Executiva Nacional dos Bancários entrega a minuta de reivindicações à Fenaban. Pela primeira vez, as direções do BB e Caixa enviam representantes para participar da reunião.

Pré-acordo - No dia 6 de agosto, as direções do BB e da Caixa assinam pré-acordo onde se comprometem a cumprir o que vier a ser firmado entre a categoria e a Fenaban. O momento é histórico, pois unifica, depois de quase duas décadas, os 400 mil trabalhadores de bancos públicos e privados de todo o País.

Primeira Proposta

Fenaban propõe reajuste de 6% com mesmo percentual aplicado à parcela fixa da PLR de 2003, passando a 80% do salário + R\$ 690. Executiva Nacional rejeita a oferta e propõe que categoria também rejeite a proposta. No dia 11 de agosto, em Caxias do Sul, a categoria rejeita a proposta.

Nova proposta - No dia 9 de setembro, a Fenaban apresenta: reajuste de 8,5% a 12,77%, PLR de 80% dos salários mais R\$ 705,00 e pagamento de um 13º vale-alimentação. Os bancos públicos também negociam as questões específicas.

Greve - No dia 14 de setembro, assembléia no nosso Sindicato rejeita a proposta da Fenaban e nova assembléia dos bancários, no dia 16, deflagra greve a partir do dia 17.

Paralisações - A greve dos bancários iniciou forte no centro de Caxias do Sul, com adesão da Caixa, BB, Banrisul, Safra e Unibanco. No dia seguinte, foi se ampliando para os demais bancos e outras cidades da base territorial.

Banqueiros utilizaram no País inteiro a força policial para bater, pressionar e prender trabalhadores em greve, enquanto os banqueiros passaram a se utilizar de interditos proibitórios para tentar minar o movimento.

Interditos Proibitórios

- A partir do dia 27, o Sindicato passa a ser bombardeado com os interditos proibitórios utilizados pelos bancos, visando minar o movimento nos privados. O Bradesco e Itaú usam a

força policial para coibir as manifestações dos bancários.

Justiça - Enquanto os bancários buscavam todas as formas para fazer a Fenaban reabrir as negociações, o Ministério Público do Trabalho de São Paulo entra com pedido de dissídio coletivo da greve no referido estado, que é contestado pelo Sindicato em reunião no Tribunal Regional do Trabalho. O TRT-SP julga o pedido improcedente.

Esforço - No dia 5 de outubro, o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, recebe a Executiva Nacional dos Bancários e promete intermediar diálogo. A Executiva Nacional também se reúne por duas vezes com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala, pedindo a reabertura das negociações.

Dissídio é ajuizado - Embora diversas assembléias pelo País decidissem não ajuizar o dissídio, a Contec (que representa apenas 5% dos bancários no País), à revelia, entra com pedido para o BB e Caixa - não valendo para os bancos privados e outras instituições signatárias do acordo da Fenaban. O TST marca o julgamento para o dia 21 de outubro.

Greve suspensa - Atendendo a orientação da CNB-CUT, os bancários de todo o País decidem suspender a greve a partir do dia 15 de outubro.

TST julga - Dia 21, o TST julga o dissídio do BB e da Caixa.



O Natal gordo dos capitalistas

As companhias de capital aberto apresentaram excepcionais lucros no terceiro trimestre deste ano. Na verdade, foi o melhor resultado da história das empresas de capital aberto que possuem ações em Bolsa de Valores.

Alguns fatores contribuíram para este resultado, como o aumento no volume de exportações, o valor do dólar diante do Real, crescimento da demanda interna na maioria dos setores e o repasse de eventuais pressões nos custos para o restante da cadeia produtiva.

Estes foram os itens que contribuíram para este resultado e mereceram destaque no levantamento realizado pela consultoria *Econômica*, junto a 187 empresas de capital aberto. No terceiro trimestre, estas empresas lucraram R\$ 14,5 bilhões, resultado 216,9% superior ao mesmo período de 2003 – excetuando-se o setor financeiro e a Petrobrás.

No setor siderúrgico, sete companhias obtiveram uma lucratividade recorde nunca alcançada antes, R\$ 3,7 bilhões no trimestre, em função da alta do preço do

aço no mercado internacional e interno. Entre estas, estão a Gerdau, com R\$ 1,07 bi (357%); a Usiminas, com R\$ 1,0 bi (717%). No ramo minerador, a empresa Vale do Rio Doce lucrou R\$ 2,3 bi, 79,5% superior ao terceiro trimestre. No comércio varejista, o grupo Pão de Açúcar triplicou o lucro e a Natura, do ramo de cosméticos, quadruplicou o lucro no terceiro trimestre de 2004, em relação ao mesmo de 2003.

Setor financeiro - Os quatro maiores bancos privados lucraram, em nove meses, R\$ 6,9 bilhões Na dian-

teira do ranking está o Itaú, que no acumulado do período registrou um lucro líquido de R\$ 2.745 bilhões, 19,5% superior ao de igual período em 2003. Apresentou no terceiro trimestre uma lucratividade de R\$ 920 milhões, que poderia ter sido ainda maior, não fosse a amortização do ágio de R\$ 305 milhões, pago na criação da financeira em parceria com o Pão de Açúcar.

O Bradesco, igualmente, supera a previsão e confere um lucro de R\$ 2 bilhões no período de janeiro a setembro. **"Papai Noel será gordo", declarou o presiden-**

te do Bradesco e da Febraban: Marcio Cypriano. No terceiro trimestre, o lucro do banco foi de R\$ 752 milhões. O Banco do Brasil, da mesma forma, surpreende e obtém a marca de R\$ 2.2 bilhões de lucro, de janeiro a setembro deste ano, volume 25,2% superior ao verificado em igual período de 2003. Só no terceiro trimestre lucrou R\$ 833 milhões.

No Santander Banespa, o lucro no terceiro trimestre foi de R\$ 385 milhões, 59% superior ao mesmo período do ano anterior, enquanto o Unibanco lucrou R\$ 908 milhões no primeiro trimestre.

Receitas com serviços e lucro gerado por bancário

Em nove meses, de janeiro a setembro de 2004

Banco	Lucro Líquido *	Variação (%)	Receitas com Serviços *	Variação (%)	Despesa com Pessoal *	Variação (%)	Número de Empregados	Lucro Líquido por Bancário (em reais)
Itaú	2.745	19,45	4.366	15,56	2.410	2,77	42.152	65.120
Bradesco	2.002	25,83	4.149	26,4	3.649	5,00	68.555	29.202
Unibanco	908	19,32	2.390	16,25	1.470	12,7	24.425	37.175
Santander Banespa	1.250	-11,5	1.531	29,32	1.497	12,41	21.439	58.305

Os maiores lucros em 2004

(janeiro a setembro)

Empresa	Setor	Lucro (R\$ milhões)	Variação em relação a jan/set 2003, em %
Petrobras	Química e Petroquímica	13.716,55	-3,6
Vale do Rio Doce	Mineração	4.933,10	32,7
Itaú	Banco	2.745,29	19,5
Banco do Brasil	Banco	2.253,29	25,2
Gerdau	Siderurgia	2.195,56	223,2
Bradesco	Banco	2.002,40	25,8
Usiminas	Siderurgia	1.906,58	100
Telesp	Telecomunicações	1.475,01	58,9
CSN	Siderurgia	1.551,97	111,7
Banespa	Banco	1.250,70	-11,5
Siderúrgica Tubarão	Siderurgia	1.124,40	46
Caixa Econômica Federal	Banco	1.064,00	-16,9
Embraer	Indústria Aeronáutica	996,51	206
Cemig	Energia Elétrica	934,80	15
Unibanco	Banco	907,70	19,3
Belgo Mineira	Siderurgia	743,61	53,6
Ambev	Alimentos e Bebidas	701,80	-28,2
Aracruz	Papel e Celulose	645,40	8,4
Souza Cruz	Tabaco	611,20	-0,3
Votorantim	Papel e Celulose	603,17	-10
Suzano Bahia Sul	Papel e Celulose	467,96	51,6
Caemi	Mineração	455,70	40,1
Acesita	Siderurgia	422,15	284,8
Copesul	Química e Petroquímica	411,98	217

Fonte: Balanço das Empresas e Bovespa

Salários na lanterna

Após conferir os resultados acima, verificamos, como exemplo, que a folha de pagamento do banco Itaú cresceu 2,7%, nos nove primeiros meses, comparando com o mesmo período do ano passado, e o Bradesco, teve um acréscimo de 5,0%. Ainda sobre o Banco Itaú, que tem as mais altas taxas de serviços e vem aumentando suas receitas com tarifas, verifica-se que, até setembro, a receita com prestação de serviços representou 1,8 vezes as despesas com pessoal. Cada empregado do banco Itaú gerou um lucro de R\$ 65.120,00 nos três primeiros trimestres do

ano. No Santander Banespa o resultado foi de R\$ 58.305.00 por empregado. (veja tabela).

Os resultados seguramente não serão alterados no último trimestre, considerando o crescimento galopante dos lucros e verificando o resultado alcançado pelos bancários após dois meses de negociação e 30 dias de greve.

O que poderia explicar o posicionamento dos bancos em não atender nenhuma das principais reivindicações da pauta de negociação, forçando uma solução junto ao TST? Certamente falta de recursos não é a resposta.

Natal e Ano Novo, por sua natureza, carregam uma simbologia forte, que nos toca e, por algum motivo, nos sentimos mais sensíveis, mais fraternos, mais generosos.

Este período também sugere o final de um ciclo e início de outro. Naturalmente, fazemos uma avaliação do que foi realizado, revivemos nossas conquistas e, especialmente, projetamos novas metas para o ano seguinte. Neste momento, a diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região deseja a todos que os projetos para o próximo ano sejam revestidos de grande sucesso.

Boas Festas e Feliz 2005



Sindicatos contestam desconto do INSS sobre 13º salário

A Federação dos Bancários/RS, representando os seus sindicatos filiados (e estes por sua vez os bancários sindicalizados), ajuizou no final de outubro uma ação contra o INSS, na Justiça Federal de Porto Alegre, pedindo a cessação do desconto e restituição da contribuição previdenciária descontada sobre o 13º salário, naquela parte que, somado ao salário normal do mês, ultrapasse o "teto de contribuição". Isso porque, quando descontado dessa forma, acar-

reta ao bancário, no mesmo mês, o pagamento além do devido.

O fundamento desta ação é a Lei da Seguridade Social, de nº 8.212/91, que prevê o "teto" do salário-de-contribuição para a Previdência Social – em Maio de 2004, no valor de R\$2.508,72, definido pela portaria 479 do MPS.

É importante ressaltar que existe jurisprudência do STJ favorável à tese defendida. Recente súmula do Supremo, a de nº 688, diz expressamente ser legítima a contribuição previ-

denciária sobre o 13º salário. Embora esta súmula venha a ter influência sobre as decisões do STJ, a tese não é a mesma, pois não se sustenta que a contribuição sobre o 13º seja ilegal e, sim, que ela não pode incidir sobre a soma do salário normal mais o 13º salário.

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região encaminhou, ainda em setembro, a relação de seus associados em dia com a mensalidade, para a Federação do RS, a fim de serem integrados a esta ação.

Tabela do IR é reajustada em 10% e mínimo será de R\$ 300

O ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, confirmou dia 15, que o governo decidiu aumentar para R\$ 300 o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2005, e corrigir em 10% a tabela do Imposto de Renda.

Segundo o ministro, o aumento significa um ganho de 9,3% acima da inflação. Ele disse que o valor de R\$ 300 vai significar um impacto de R\$ 2,4 bilhões no Orçamento. Quando

questionado por que o governo não antecipou o reajuste para janeiro, Berzoini explicou que isso iria provocar um custo adicional de R\$ 5,32 bilhões no orçamento.

O governo anunciou o novo valor do mínimo após encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com representantes das centrais sindicais que organizaram a *Marcha por um Salário Mínimo Digno*. (Fonte: Agência Brasil)

Gerente sequestrada é demitida

A gerente da agência Unisinos do Banco Santander Brasil, sequestrada entre os dias 30 e 31 de agosto, juntamente com seu marido e filho, durante tentativa de assalto foi demitida sem justa causa, no último dia 17. A funcionária, que tinha mais de quatro anos de banco, estava lotada na Agência Sapucaia do Sul - RS, para onde tinha sido transferida após o seqüestro. "Ela está traumatizada, com sensação de medo, além de insônia, pois esteve refém e sob pressão por mais de dez horas nas mãos dos assaltantes", denuncia o diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região e da Federação dos Bancários do RS, Ademir Wiederkehr. "Apesar disso, o banco se negou a emitir a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho)", lamenta o dirigente sindical.

Interditos Proibitórios

Durante a greve dos bancários, após a Juíza do Trabalho da 4ª Região ter concedido liminar garantindo o direito de greve à categoria, foi marcada uma audiência para discussão do

mérito no dia 3 de novembro, na 2ª Vara do Trabalho em Caxias do Sul.

Porém, para esta audiência, não houve qualquer convocação ou notificação encaminhada ao Sindicato dos Bancá-

rios, por exclusiva falha da 2ª Vara do Trabalho. Por consequência, com a ausência da parte autora, foi marcada nova audiência para o mês de maio de 2005.

Bradesco é condenado a reintegrar soropositivo

O Bradesco não conseguiu reverter no Tribunal Superior do Trabalho a condenação que lhe foi imposta pela TRT de São Paulo (2ª Região) de reintegrar a seus quadros um funcionário portador do vírus HIV.

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu (rejeitou sem examinar o mérito) recurso do banco, no qual argumentou não haver fundamento legal que assegure a estabilidade provisória do empregado soropositivo.

Relatora do recurso, a juíza convocada Maria Novaes afirmou que a decisão regional baseou-se em premissas básicas como o respeito à dignidade humana e a igualdade, depois de constatar a ocorrência de clara prática

discriminatória por parte da instituição financeira.

No recuso ao TST, o banco argumentou que desconhecia o estado de saúde do empregado e que a dispensa deveria ser considerada válida, pois está entre os direitos do empregador. De acordo com o TRT/SP, o empregado ficou doente durante a vigência do contrato de trabalho, iniciou o tratamento específico, sendo despedido logo depois.

O entendimento do tribunal regional foi o de que, no caso específico da AIDS – doença ainda sem cura –, mesmo que o empregado receba alta e obtenha da Previdência Social a declaração de aptidão para o trabalho, continuará doente e portanto não poderá ser demitido.

Reforma amplia competência da Justiça do Trabalho

Com a promulgação da Reforma do Judiciário, no dia 8, a Justiça do Trabalho atinge a uma nova etapa. Além de ter a competência ampliada para julgar as ações de relação de trabalho (e não somente as de relação de emprego), passará a contar com um Conselho Superior da Justiça do Trabalho e com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

A Reforma do Judiciário mantém o poder normativo da Justiça do Trabalho e prevê novas atribuições, como o julgamento de ações sobre representação sindical, dos atos decorrentes da greve, de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho e os processos relativos às penalidades administrativas impostas aos empregadores por fiscais do trabalho. A JT julgará também mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição. A Justiça do Trabalho

mantém a competência para executar, de ofício, as contribuições sociais (devidas por empregadores e empregados), e seus acréscimos legais decorrentes das sentenças que proferir.

As partes poderão ajuizar dissídios coletivos na Justiça do Trabalho, quando uma delas se recusar à negociação coletiva ou à arbitragem. O novo texto constitucional prevê que o ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica é facultado às partes, de comum acordo.

"Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito" – dispõe o novo texto do § 3º, IX, do artigo 114, que trata da competência da Justiça do Trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho voltará a ter 27 ministros, que era o número do colegiado até a extinção dos juízes classistas (1999). (Fonte: TST)

Novos Convênios

Psicologia - Gabriele Faria Caetano, Rua Sinimbu, 2091 sala 610, Fones: 222-8450/9963-6644

Equocenter - Centro de Equoterapia, Junto ao Jockey Clube Pérola das Colônias, Rodovia RS 122, km 67 – Forqueta

Psicologia - Sadiana Pompermaier Cecatto, Rua Os 18 do Forte, 1057 sala 32; Fones: 221-7610/9115-1647

Psicologia - Janaine Loeser Britto, Av. Julio de Castilhos, 1614 – 2º andar; Fones: 223-8722/9967-1383

Mazzotti - Clínica de Emagrecimento e Estética, Av. Júlio de Castilhos, 2020 sala 805; Fone: 3027-3084

Oguata Kaaguy - Ecoturismo, treinamentos, aventura, Rua Inocente De Carli, 1085, Caxias do Sul; fones 3028-3775/9983-3855

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

e-mail: vozdobancario@bancax.com.br

Filiado à FEEB/RS, CUT, CNB/CUT, Dieese e Diap
Fundado em 24 de outubro de 1935

Coordenadores de Secretarias

Secretaria de Imprensa, Divulgação e Mobilização

Ademar Henrique Bellini (ahb@bancax.com.br)

Secretaria de Movimentos Sociais

Alexandre Rizzi (arizzi@bancax.com.br)

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Carlos Marcelo B. Rodrigues (marcelo@bancax.com.br)

Secretaria de Formação

Gelso Fernando Marcon (gfmarcon@bancax.com.br)

Secretaria de Organização e Política Sindical

Pedro Justino Incerti (incerti@bancax.com.br)

Secretaria de Finanças, Patrimônio e Administração

Vaine Terezinha Andreguele (vaine@bancax.com.br)

Secretaria de Saúde e Relações do Trabalho

Vilmar José Castagna (castagna@bancax.com.br)

Conselho Editorial – Diretoria do Sindicato dos

Bancários de Caxias do Sul e Região

Coordenação – Ademar Henrique Bellini

Edição – Laís Haar Karam

Fotolitos e Impressão – Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem desta edição – 2.500 exemplares

Base Territorial – Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Endereço: Rua Borges de Medeiros, 676

Centro Caxias do Sul - RS Cep 95020 - 310

Fones (54) 223.2166/ 223.3119 fax (54) 223.2405

e-mail bancax@bancax.com.br

Banqueiro considera imprescindível desmontar o estado de bem-estar social

Alfredo Saénz, vice-presidente do Santander Central Hispano (SCH), proprietário, no Brasil, do banco Santander Banespa e com forte presença na América La-



Alfredo Saénz, vice-presidente do Santander

tina, defendeu em conferência na cidade espanhola de Bilbao, ainda em junho, que é necessário desmontar o estado de bem-estar (conjunto de interesses sociais). **"O welfare (estado de bem-estar) tem que ser desmontado e não temos demasiado tempo para fazê-lo. É uma mensagem que para mim é claríssima, ainda que ninguém dê importância a isso. Mas asseguro que há uma tremenda preocupação na Europa sobre esta questão. A pergunta é quanto tempo temos ainda para fazê-lo. E que não é muito. Não temos quinze anos."**, afirmou Saénz.

Na mesma ocasião, Saénz considerou indiscutível a importância da flexibilização do mercado de trabalho, da reforma da seguridade social, da redução do seguro desemprego e de outras medidas neoliberais. "No mundo globalizado, afirmou, não se pode ignorar as possibilidades de transferir a produção (e os serviços) a

países emergentes, que é onde estão as oportunidades". Fez, ainda, menção aos salários no Brasil, "que são uma décima parte dos salários de países mais desenvolvidos", disse Saénz que, no ano passado, recebeu, a título de remuneração como delegado conselheiro do Grupo Santander, 5,8 milhões de euros.

A Confederación Sindical de Comisiones Obreras (CC.OO), órgão sindical espanhol, no jornal *Gaceta Sindical*, considerou indecente e provocador o ataque de Alfredo Saénz ao estado de bem-estar e, ainda, questiona a referência feita pelo banqueiro sobre os custos trabalhistas no Brasil - "uma décima parte dos salários de países mais desenvolvidos", querendo entender, então, porque o descarte de oito mil trabalhadores feito pelo Santander no Brasil, por ocasião da aquisição do Banespa.

Frases

* "Atualmente, as ONGs (organização não governamentais) são o que os botânicos chamariam um indicador de espécie. Quanto maior a devastação causada pelo neoliberalismo, mais elas proliferam. Mas esses missionários seculares do mundo moderno também representam um risco para o movimento de massa." (Arundhati Roy, escritora indiana)

* "O neoliberalismo vê nos três bancos públicos, o BNDES, a CEF e o BB, mais no BNDES do que em qualquer outro, uma pedra no caminho da completa organização neoliberal do País". (Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES)

* "No cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com suas necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas...

Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados de administrar os negócios em nome deles." (fragmento de artigo publicado em 1997 pelo Subcomandante Marcos, integrante da rebelião rural em Chiapas, México.)

Acordos coletivos já estão em vigor

Os acordos entre os representantes dos bancários e os bancos para a Convenção Coletiva 2004/2005, a PLR e as aditivas foram assinadas a com a Fenaban, dia 11 de novembro, com o Banco do Brasil dia 24 de novembro e com a Caixa no dia 1º de dezembro. Os acordos foram aceitos pela categoria nas assembleias da categoria.

Para arrancar do setor patronal os índices e valores, foram necessários dois meses de negociações entre a Executiva Nacional dos Bancários e a Fenaban, além de 30 dias de greve nacional, entre setembro e outubro, e do julgamento no TST do dissídio coletivo da Caixa e BB, e a retomada dos debates, depois de vencida a intransigência dos banqueiros e das direções dos bancos federais.

Fenaban- Beneficiados trabalhadores de bancos privados e outros bancos signatários, reajuste de 8,5%

(acrescidos de R\$ 30 para os salários de até R\$ 1.500), o repasse deste índice para as demais verbas (tíquete-refeição, cesta-alimentação, auxílio creche/babá etc.) e PLR de 80% do salário mais um valor fixo de R\$ 705. Completando a proposta, os bancários conquistaram nesta campanha salarial a cesta-alimentação extra no valor de R\$ 700.

O percentual de reajuste varia entre 8,5%, para quem ganha mais de R\$ 1.500, a 12,77%, para os que recebem o piso da categoria. Os salários menores recebem o adicional de R\$ 30.

Banespa tem acordo diferenciado - No dia 8, o nosso Sindicato assinou com o Santander Banespa, acordo coletivo, juntamente com os demais sindicatos de bancários, cujas bases aprovaram em assembleia a proposta apresentada pelo banco. Os funcionários da ativa pertencentes às bases sindicais que fir-

maram o acordo receberam a primeira parcela do abono indenizatório e a antecipação da Participação nos Resultados (PR), de R\$ 300,00, dia 15.

A Convenção assinada é válida por dois anos (até 31 de agosto de 2006) e prevê, entre outros pontos, garantia de emprego para todos os funcionários do Conglomerado Banespa (com exceção dos que ocupam cargos de superintendente para cima) até 30/11/2005, estabilidade pré-aposentadoria de 36 meses, manutenção da Cabesp e do Banesprev, além do abono indenizatório escalonado (de R\$ 2.000,00 à R\$ 16.000,00) dividido em duas parcelas. Somente os banespianos que ganham o piso da categoria têm direito ao índice da Fenaban 12,77%. Os demais só terão direito à correção salarial na próxima data base, caso a inflação ultrapasse 8,5% será paga a diferença percentual.

Santander paga 13,8 bi de euros pelo Abbey

O banco espanhol Santander anunciou a compra do banco britânico Abbey National, pelo qual pagará 13,8 bi euros. Isto permitirá ao Santander, segundo seu presidente Emilio Botín, crescer mais, ganhar mais e dar mais dividendos a seus acionistas.

No mesmo período da negociação, Emilio Botín informou aos sindicatos do Abbey que reduzirá cerca de

3 mil postos de trabalho da instituição.

Esta compra resultará na constituição do 8º banco do mundo. O banco Abbey, a ser incorporado, tem uma quota de mercado de 11% no Reino Unido e aportará, ao Santander, 741 agências, 18 milhões de clientes e 28 mil empregados. O novo valor em bolsa do grupo passará a ser de 52,8 bi de euros.

1,4 bi de trabalhadores vivem com menos US\$ 2 por dia

A conquista de uma vaga no mercado de trabalho não é suficiente para elevar o padrão de vida das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Essa é uma das principais constatações do Relatório Mundial de Emprego 2004/05, divulgado dia 8 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O documento mostra que 1,4 bilhão de trabalha-

dores - metade do contingente mundial ocupado - vive abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$ 2 por dia. De acordo com o relatório, não é apenas o desemprego que causa a pobreza, mas também a baixa produtividade e remuneração do trabalho. "É preciso melhorar a qualidade do emprego", defendeu o especialista do Departamento de Empre-

go da OIT, Christoph Ernst.

Do universo de pessoas que têm algum tipo de ocupação, 550 milhões (o equivalente a cerca de 18%) sobrevivem com menos de US\$ 1 por dia.

Para o diretor da OIT no Brasil, Armand Pereira, a redução do número de trabalhadores pobres em todo o mundo passa pela adoção de políticas voltadas à criação de empregos e à redução do trabalho informal.

Fundamentalismo de mercado

Empresários propõem o desmonte do estado gaúcho

Documento entregue ao governador propõe venda do Banrisul, privatização da CEEE, Corsan e fim da UERGS

Na noite do dia 9 de dezembro, o presidente da Federasul, Paulo Feijó, juntamente com representantes de outras quatro federações de empresários, recebeu em jantar na sua residência o governador Germano Rigotto, para entrega de um documento intitulado "A Crise do Estado: Reformas para Racionalizar a Máquina Pública". O encontro durou das 21h à 1 hora da madrugada, segundo o jornal *Zero Hora*.

Tal documento sugere alternativas para o controle do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), incluindo sua venda para o governo federal, para pagar dívidas do Estado, e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). Além do fim da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com a compra de vagas em universidades privadas para os atuais alunos.

Está no documento que

"o Estado não terá mais nenhuma escola sob sua gestão direta", bem como "não exercerá a gestão direta de serviços públicos não exclusivos". Segundo Anton Karl Biedermann, da agência Pólo, uma das responsáveis pelo estudo, o governador se comprometeu em promover estudos da viabilidade legal e política das propostas.

O documento começa ser debatido já neste mês no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes).

Quanto ao Banrisul, o governador Rigotto veio a público dizer que "é um banco totalmente saneado", acrescentando que trata-se de "um banco estatal e será fortalecido".

O documento reúne sugestões de mudanças radicais na estrutura da administração pública e também propõe mudanças no sistema de administração de pelo menos 36 órgãos do estado, incluindo a Previdência, redução de contratações.

Autoras do documento

Entidades empresariais subscritoras do documento: Federação das Associações Comerciais e de Serviços (Federasul), Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Federação do Comércio de Bens e de Serviços (Fecomércio), Federação da Agricultura (Farsul) e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL).

Resultado das eleições na Fundação Banrisul e Cabergs

A Chapa 1, apoiada pela diretoria do Banrisul, foi a vencedora nas eleições na Fundação Banrisul, elegendo os novos representantes dos participantes e assistidos para os dois conselhos - Deliberativo e Fiscal. A chapa derrotada era apoiada pelo movimento sindical. Chamou a atenção que de um total de 12.869 eleitores votaram somente 5.504 banrisulenses, o que significa uma abstenção de 58%.

Cabergs - Na eleição para a Cabergs também venceu a Chapa 1. A outra chapa era apoiada pelo movimento sindical.

CPI da Evasão Fiscal

O relatório da CPI da Evasão Fiscal (CPI do Banestado), apresentado pelo relator deputado José Mentor, dia 14, pede o indiciamento de 91 pessoas por crimes contra o sistema financeiro nacional. Veja, no quadro, o resumo do relatório, que ainda deverá ser votado pela comissão dia 21.

Principais personalidades investigadas pela CPI do Banestado

INDICIAMENTO PEDIDO	
Por crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e até corrupção ativa	
Gustavo Franco	ex-presidente do Banco Central no governo FHC
Alberto Dalcanale Neto	ex-presidente e controlador do Banco Araucária
Celso Pitta	ex-prefeito de São Paulo
Samuel Klein e Michael Klei	Empresários, donos das Casas Bahia
Jayme Canet Júnior	ex-governador do Paraná
Anibal Contreras	ex-presidente da Beacon Hill service Corporation
Dário Messer, Felice Aggio, Roberto Matalon	doleiros
Ariovaldo Carmignani	presidente da Cia. de Saneamento do Estado de São Paulo (Sabesp)
Cristiano Roberto Tatsch	presidente da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) no governo Antonio Brito
Fernando Fournon Gonzales-Barcia	diretor superintendente da CRT
PEDIDA A INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Por suspeita de ilegalidades nas operações financeiras internacionais, como sonegação de impostos e evasão de divisas	
Cassio Casseb Lima	ex-presidente do Banco do Brasil já no governo Lula
Luiz Augusto Candiota	ex-diretor do Banco Central
Ricardo Sérgio	ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil no governo FHC
Antônio Celso Cipriani	ex-presidente da falida Transbrasil
Marise Fontana Cipriani	mulher de Celso e filha do fundador da Transbrasil, Omar Fontana
Paulo Salim Maluf	ex-governador e ex-prefeito de São Paulo
João Archanjo Ribeiro	chefe do crime organizado no Mato Grosso e preso no Uruguai
LIBERADOS PELO RELATÓRIO	
Henrique Meirelles	presidente do Banco Central

Fonte: O Estado de São Paulo

Esporte

Equipe do Banrisul vence Campeonato de Voleibol Misto

A equipe do Banrisul foi a vencedora do Campeonato de Voleibol Misto, promovido pela Secretaria de Esportes do Sindicato durante o mês de novembro. O segundo lugar ficou com a equipe ABN Real, o terceiro com a equipe do Bradesco e, em quarta colocação, a equipe Unibanco/Safra.

Foi um evento importante - pois nem só de trabalho vive o bancário! A prática esportiva e a integração dão um novo fôlego entre os participantes e entre as torcidas. Por isso, prepare-se, pois para o próximo ano novos eventos nesta área estão sendo programados e vale muito sua participação.

Futebol de Salão começa dia 20

Ainda é tempo de participar do torneio de Futebol de Salão dos bancários, que acontecerá nos dias 20, 22, 27 e 29 de dezembro e dias 3, 5 e 7 de janeiro no Ginásio da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB).

Prepare sua equipe, sua torcida e venha participar!



Banrisul, a equipe campeã



Equipe ABN Real, segundo lugar



Equipe do Bradesco, no terceiro lugar



Unibanco, na quarta colocação

Fotos: CMBR